

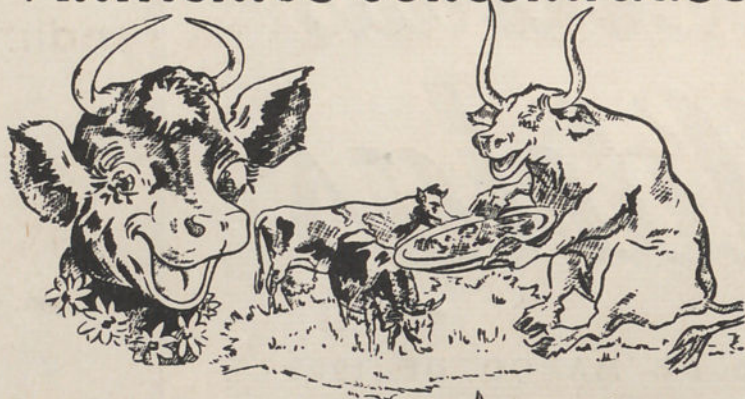
Gazeta das aldeias

N.º 2491 • 16 DE MARÇO DE 1963



Sala _____
Est. _____
Tab. _____
N.º _____

Alimentos Concentrados



PRODUTOS COMPOSTOS COMPLETOS:

2609

- SOJAGADO N.º 3 — Para porcos em engorda
- SOJAGADO N.º 4 — " galinhas poedeiras
- SOJAGADO N.º 5 — " pintos até 6 semanas
- SOJAGADO N.º 6 — " frangos para carne
- SOJAGADO N.º 7 — " frangas

PRODUTOS COMPOSTOS COMPLEMENTARES:

- SOJAGADO N.º 1 — Para vacas leiteiras
- SOJAGADO N.º 2 — " bovinos de engorda e trabalho
- SOJAGADO N.º 8 — " aves em postura
- SOJAGADO N.º 9 — " éguas criadeiras e poldros
- SOJAGADO N.º 10 — " porcos em crescimento (dos 25 aos 60 quilos)

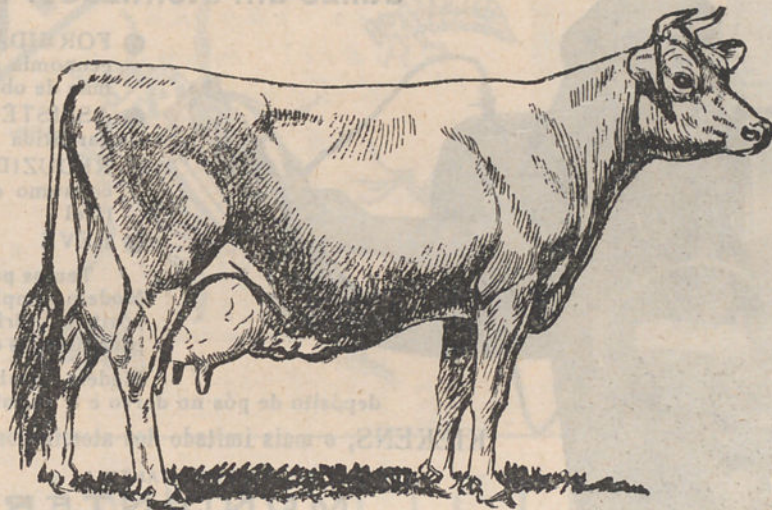
FARINHAS ALIMENTARES PARA GADO

SOJAGADO

SOJA DE PORTUGAL, LDA.

FABRICAS EM OVAR—TELEF. 63 • ESCRITÓRIOS: RUA DOS FANQUEIROS, 30-1.—LISBOA

VACA que não é ordenhada
é VACA que não dá rendimento...



...de modo que para combater a mastite que tão generalizada e que tão prejudicial é, há que ir pelo seguro: POMADA e SUSPENSÃO DE «AUREOMICINA» para instilação nos úberes, porque é um preparado de comprovada eficácia



Geralmente, basta um tratamento para que o animal se restabeleça e se possa aproveitar o seu leite. Mas sendo necessário repetir-se, só há que fazê-lo cada 48 horas, o que representa outra economia de tempo e de dinheiro

3211

POMADA e SUSPENSÃO DE AUREOMICINA*

Cloridrato de Clorotetraciclina para instilação nos úberes



* Marca Registrada

Apresentação: { POMADA
Bisnaga de 7,1 g
SUSPENSÃO
Seringa de 6 cc.

DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO
Cyanamid International
A Division of American Cyanamid Company
80 Rockefeller Plaza, New York 20, N.Y., U.S.A.



Repres. Exclusivos para Portugal e Ilhas:
ABECASSIS (IRMÃOS) & C.A
Rua Conde de Redondo, 64-3.º - LISBOA
Rua de Santo António, 15-3.º - PORTO



Snr. Agricultor

Para uma maior colheita de vinho, utilize um atomizador KIEKENS

- FORMIDÁVEL economia em caldas e mão de obra
- ASSISTÊNCIA garantida
- REDUZIDO consumo de combustível
- LEVE

3912

Temos para entrega:
Modelo simples com depósito cilíndrico no dorso, para 10 litros de calda e

Modelo combinado com depósito de pós no dorso e o de calda à frente.

KIEKENS, o mais imitado dos atomizadores de dorso

REPRESENTANTES:

MUNDINTER

Av. Ant. Augusto Aguiar, 138
LISBOA

R. Júlio Dinis, 886
PORTO

Gazeta das Aldeias

S. A. R. L.

Capital — 250.000\$00

Sede: Avenida dos Aliados, 66-1.º — PORTO

Convoco os Srs. Accionistas para se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede social, no dia 29 do corrente, pelas 15 horas, para discutir, aprovar ou modificar o balanço, relatório e contas do conselho de administração referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1962 e respectivo parecer do conselho fiscal.

Porto, 5 de Março de 1963.

O Presidente da Assembleia Geral.
Simeão Pinto de Mesquita

COALHO em pó para leite

Da acreditada marca Dinamarquesa «REYMANN», embalagem em caixas de madeira com 100 frascos, e em la'as de 100, 250, 500 e 1000 gramas.

Cada frasco, 10\$00 - Cada kilo, 600\$00

Para revenda, desconto de 20 %

3902

Para armazenistas ou compra de grandes quantidades, descontos especiais

Pedidos ao importador

Ezequiel Lopes Ribeiro — Proença-a-Nova

MOTORES A ÓLEO

BAMFORD

DIESEL

O MELHOR MOTOR INGLÊS PARA A AGRICULTURA E PEQUENA INDÚSTRIA

RESISTENTES SIMPLES FÁCEIS DE MANEJAR ECONÓMICOS GARANTIDOS

JAYME DA COSTA, L.ª
14 · R. dos Correios · LISBOA
12 · P. da Batalha · PORTO

MECÂNICA E ELECTRICIDADE EM TODAS AS APLICAÇÕES

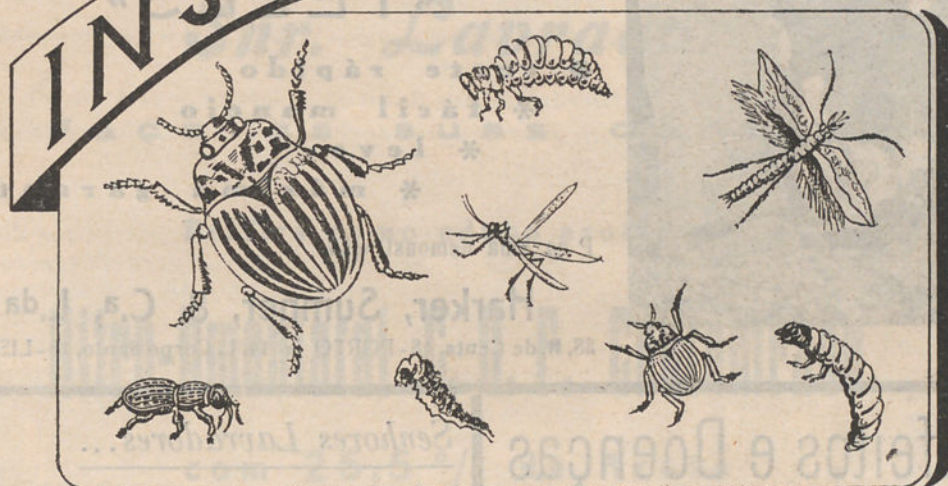
Desde 3 1/2 HP · 600 R.P.M.

1149

CONTRA
OS

INSECTOS

DANINHOS



INSECTICIDAS
"SCHERING"

- VERINDAL "50" . . . (5,5% de LINDANO) molhável
 VERINDAL "P" . . . (20% de LINDANO) emulsionável
 VERINDAL "ULTRA" (80% de LINDANO) molhável
 VERINDAL "S" . . . (20% de LINDANO) para desinfeção de sementes
 VERINDAL "LÍQUIDO" (20% de LINDANO) emulsionável
 ALDRINE CONCENTRADO "DISPERSÍ-
 VEL" (25% de ALDRINE) para os terrenos
 DIDITAN "50" . . . (LINDANO + DDT) molhável
 DIDITAN "SUPER" (50% de DDT) molhável
 DIDITAN "LÍQUIDO" (LINDANO + DDT) emulsionável
 DIDITAN "10" . . . (LINDANO + DDT) polvilho
 DIDITAN "10"-B . . (10% de DDT) polvilho
 SV-"50" (50% de 1-naphthyl-N-methylcarbamate) molhável

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

AGUIAR & MELLO, LDA.

Praça do Município, 13-1.º - LISBOA





Moto-Serra Portátil

«TELES»

- * corte rápido
- * fácil manejo
- * leve
- * máxima garantia

3887

Pede uma demonstração

Harker, Sumner, & C.a, L.da

38, R. de Ceuta, 48-PORTO * 14, L. Corpo Santo, 18-LISBOA

Defeitos e Doenças dos Vinhos

POR

HENRIQUE COELHO

—

2.^a edição

CAPITULOS:

*Vinho são e vinho doente ou defeituoso * Exame e apreciação do vinho * Laboratório e botica do adegueiro * Defeitos dos vinhos * Diferenciação entre as casses fêrrica, fosfofêrrica e oxidásica * Doenças dos vinhos*

267 páginas, com mais de 60 gravuras, 23\$00 incluindo porte de correio. A' cobrança, 25\$50

—

Pedidos à Gazeta das Aldeias

Senhores Lavradores...

Defendam as vossas *Vinhas e Árvores de Fruto*, aplicando nas mesmas o inigualável enxofre

"UVANE"

o excelente enxofre molhável de origem alemã que contém 98% de enxofre puro.

Prefiram e exijam "UVANE" que é incontestavelmente o melhor enxofre molhável para combater o "Oídio" das Vinhas, o "Pedrado" das Pereiras e Macieiras, a "Aranha Vermelha" dos Pomares, etc., como o garante a sua alta dosagem.

— — —

Pedidos aos importadores:

José Ferreira Botelho, L.^{da}

Rua Mousinho da Silveira, 140-1.º — PORTO
Telefone, 24160

3921

CHOCADÉIRAS "PAL"

(FABRICO FRANCÊS)

Elétricas, petróleo e mistas, 50 a 20.000 ovos. Máximo rendimento. Acabamento esmerado. Preços mais baixos do mercado.

Tels. 321241-325085

H. BRAAMCAMP SOBRAL, LDA. P. do Município, 19-2.º — LISBOA-2

PINTOS DO DIA

Importação da América, Holanda, Dinamarca, Inglaterra e Israel
para **Engorda:**

White Cornish, White Rock, etc. «Híbridos»

para carne 3920

para **Ovos:**

White Leghorn, Rhode Island, New Hampshire, etc. «Híbridos»

para postura

Snr. Lavrador

Faça as suas contas!

Prefira como adubo azotado o

Nitro-Amoniacal C. U. F. Concentrado

com 26,5 % de Azoto

(Metade nítrico * Metade amoniacal)

pois é de todos os adubos azotados
aquele que resulta **MAIS BARATO.**

Pode aplicá-lo, quer à

SEMENTEIRA quer em COBERTURA

Companhia União Fabril

LISBOA - 3

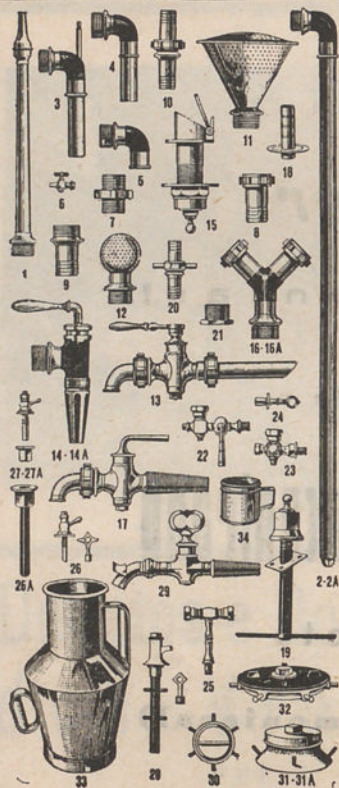
Av.ª do Infante Santo
(Gaveto da Av.ª 24 de Julho)



P O R T O

R. do Bolhão, 192-3.º

DEPÓSITOS E REVENDADORES EM TODO O PAÍS



Tanino «Dyewood» 100% solúvel (o mais puro à venda no País)

Amiantos «Filterit» (isentos de ferro e de cálcio)

Carvão Vegetal «Actibon» (poderoso descorante, absolutamente inodoro)

Galgonit (o mais enérgico produto para lavagem e desinfecção de vasilhame)

Microsil (a mais fina terra de infusórios para filtros)

Filtrodur (a marca de placas que deve preferir para os seus filtros)

Grupos Electro-Bombas * **Filtros Suíços de Placas** * **Instalações Suíças para Filtração** * **Instalações para Gaseificação** * **Máquinas Manuais e Mecânicas para Enchimento de Garrafas e Garrafões** * **Máquinas de Rolhar, etc.** * **Mangueiras de Borracha e de Plástico** * **Aparelhos de Laboratório**

Sociedade de Representações GUIPEIMAR, L.da

Rua de Rodrigues Sampaio, 155-1.º
PORTO

TELE { fones: 28093-35178
gramas: GUIPEIMAR

3576

Senhor Lavrador

Se se encontra interessado na compra de:

Máquinas agrícolas, insecticidas, fungicidas e produtos enológicos.

Adubos simples e compostos.

Sementes para horta, prado e jardim.

CONSULTE O:

Centro Agrícola e Industrial, Lda.

307—Rua Sta. Catarina—309

PORTO

Telef. 25865/6

Teleg. AGROS

2747

No início da época das ervas...

Faça uma experiência com um motocultivador

Gutbrod

e ficará admirado do seu rendimento como segadeira.

Economize fazendo com um motocultivador todos os trabalhos agrícolas, como:

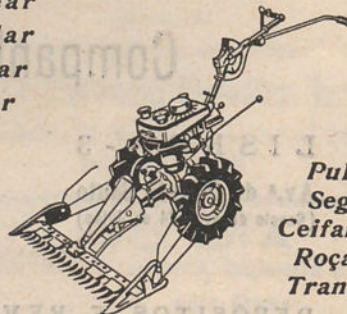
Cavar vinhas e pomares

Semear

Gradar

Sachar

Regar



Pulverizar

Segar erva

Ceifar cereal

Roçar mato

Transportar

e até

Mungir as suas vacas

3781

Agência Geral Gutbrod

R. de José Falcão, 152-156—Tel. 20947—PORTO

MD-1

CONTRA O
MILDIO



MILDOR

FUNGICIDA CÚPRICO-ORGÂNICO

EFICAZ
ECONÓMICO
FÁCIL DE PREPARAR-
-NÃO NECESSITA
DE CAL

prefira MILDOR porque MILDOR é melhor

PARA
TODOS OS
ESCLARECIMENTOS
DIRIJA-SE
AOS NOSSOS
SERVIÇOS
AGRONÓMICOS



COMPANHIA UNIÃO FABRIL
AV. INFANTE SANTO, 2 LISBOA-3

016

Não guarde
para depois!



1-05 9

COMBATA o OÍDIO com

KARATHANE

1811

logo que a videira apresente 3 folhinhas

KARATHANE é um produto da *Rohm & Haas* — Filadélfia

ACTUA a baixas temperaturas

EFICAZ e ECONÓMICO

Peça informações à

Sociedade Permutadora

LISBOA—Av. da Liberdade, 190
Telef. 48141/2

S. A. R. L.

Rua da Boavista, 44—PORTO
Telef. 32107



1369

CONTRA A PAPEIRA

OS CRIADORES PREVIDENTES DÃO

MARCA PLOUGH (CHARRUA)
(Allen & Hanburys, Ltd., Londres)

Tetracloro de carbono em cápsulas de 1 c. c.

- Produto garantido
- Reduz a mortalidade
- Eficácia comprovada
- Valoriza as cabeças
- Fácil aplicação
- Melhora a lã

Agentes: COLL TAYLOR, L.da-R. Dourores, 29-1.-LISBOA
Telefone, 321476



A vende em todas as Farmácias

3384



As mais seleccionadas árvores de fruto
As melhores sementes de flores e de horta
As mais lindas ROSAS premiadas em Concursos Internacionais

Camélias, arbustos, arvoredos, bolbos, insecticidas, fungicidas. Construção de Jardins, Parques e Pomares.

Alfredo Moreira da Silva & F.ªs, Lda.

Rua de D. Manuel II, 55 — PORTO

Telef. 21957

Teleg. «Roselândia-Porto»

CATÁLOGOS GRÁTIS

3702



AUMENTE OS SEUS LUCROS

DANDO AOS PORCOS
RAÇÕES QUE CONTENHAM

AUROFAC*

O **Aurofac*** é o produto que contém a **Aureomicina*** (clorotetraciclina) e o seu uso permanente nas rações proporcionar-lhe-á:

- 1.º Diminuição da mortalidade;
- 2.º Mais porcos por ninhada;
- 3.º Aumento do índice de crescimento e de engorda;
- 4.º Mais aumento de peso;
- 5.º Menor consumo de ração.

O uso diário do **Aurofac** nas rações permite que os porcos atinjam os pesos de abate 2 ou 3 semanas mais cedo. O uso diário do **Aurofac**, nas rações, poupar-lhe-á tempo e dinheiro.

Utilize o **Aurofac** nas rações dos porcos e será largamente compensado

APRESENTAÇÃO: AUROFAC 2A E AUROFAC 20

Peça ao seu fabricante, ou fornecedor, rações contendo **Aurofac**

* *Marcas Registradas*

DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO
Cyanamid International
A Division of American Cyanamid Company
30 Rockefeller Plaza, New York 20, N.Y., U.S.A.



Repres. exclusivos para Portugal e Ultramar:
ABECASSIS (IRMÃOS) & C.A
Rua Conde de Redondo, 64 - LISBOA
Rua de Santo António, 15-3.º - PORTO

os 6

PRINCIPAIS MOTIVOS DO ALTO VALOR DA **UROCRASINA**

- 1.º Dissolve e elimina o ácido úrico
- 2.º Activa a diurese
- 3.º Regularisa a tensão arterial
- 4.º Facilita a circulação do sangue
- 5.º Combate a obesidade
- 6.º Desintoxica e rejuvenesce

UROCRASINA

O específico Anti-úrico por excelência

2816

**Cruz, Sousa
& Barbosa,
Limitada**

Papéis

**e
Máquinas Gráficas**

Telefs. 27656 e 27657

R. D. João IV, 567

P O R T O



DINHEIRO

Emprestamos
qualquer
quantia sobre
propriedades

...
Não cobramos
avaliações
aos prédios

...
Consulte-nos

Centro Predial do Norte

R. Passos Manuel, 71 - Telefs. 34995 e 35329 - Porto

Visite V. Ex.ª a

Ourivesaria Aliança

onde encontrará

Jóias, Pratas,
Mármore e Bronzes

a preços fixos.

P O R T O

191, R. das Flores, 211

Filial em LISBOA:

R. Garrett (Chiado), 50

AS RAÇÕES E CONCENTRADOS

PROVIMI

MUNDIALMENTE ACREDITADOS

são garantia de

mais carne

mais ovos

mais leite

MAIS DINHEIRO



Faça um ensaio... e convencer-se-á



FABRICANTES-CONCESSIONÁRIOS:

3501

Fábrica de Rações da Beira, Lda. — Caramulo
Fábrica Luso Holandesa de Rações, Lda. — Carregado
Bonifácio & Filhos — Ovar
Sofar, Lda. — Faro

Prazeres & Irmão, Sucrs., Lda. — Castro Verde
Nicolau de Sousa Lima & Filhos Lda. — Ponta Delgada
Freitas & Gouveia, Lda. — Funchal
A. Relvas, Lda. — Malange

PROVIMI PORTUGUESA — Concentrados para Alimentação de Animais, Lda.

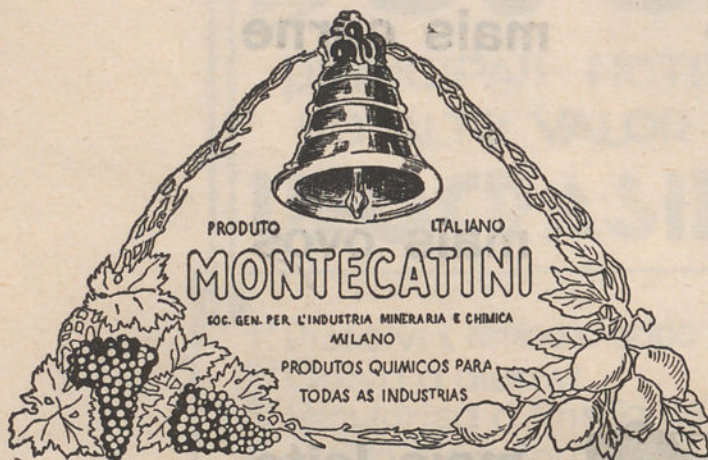
Rua do Machado, 47 — Carnide — LISBOA 4

Telefs. 783439 — 780391 — 782132 — 782131



ácido tartárico italiano Montecatini

"antiga marca appula"



Vinicultores

peçam aos seus fornecedores esta antiga
e acreditada marca

MONTECATINI S. G. Milano Itália

adubos - insecticidas - fungicidas

todos os produtos químicos para agricultura e indústria

Agente

EMANUELE BARABINO

Rua da Prata, 93-2.º esq. - LISBOA - 2 — Tel. 369965

SUMÁRIO

Ainda os Centros de Gestão	201
Centros de Gestão — Eng. Agrónomo Mário Pereira	202
Palavras proferidas pelo Eng. Duarte Amaral, Chefe da Repartição de Estudos Económicos e Relações Exteriores, na Sessão de Braga de 20-2-1963	205
Exposição do Eng. Francisco M. Palhavã sobre os resultados do Centro de Gestão de Braga	208
Discurso do Sr. José Pereira da Silva, presidente do Centro de Gestão de Braga	215
Discurso do Eng. João de Vasconcelos, Director do Posto Agrário de Braga	217
Discurso do Sr. Secretário de Estado da Agricultura	223
Ainda as «Jornadas Vitivinícolas»	225
Mirante — Conde d'Aurora	230
Campeonato Mundial de Ornitologia	230
Cooperação agrícola realmente efectiva — Rob Manfield	231
Secção Feminina	233

SERVIÇO DE CONSULTAS

— Agricultura	255
— Fruticultura	256
— Enologia	257
— Medicina Veterinária	238
— Direito Rural	238
Intermediário dos Lavradores	238
Informações	239

A NOSSA CAPA



Abriço de pastor
— Castelo Branco

Cliché gentilmente cedido pelo
Centro de Estudos de Etnologia
Peninsular — Porto.

ASSINATURAS

Ano	100\$00
Semestre	55\$00
Número avulso	5\$00
Estrangeiro (Excepto Espanha) — mais	50 %

Visado pela Comissão de Censura

Gazeta das Aldeias

Fundada por *Julio Gama*

REVISTA QUINZENAL DE PROPAGANDA AGRÍCOLA

DIRECTOR

AMÂNDIO GALHANO

Engenheiro Agrónomo

EDITOR JOAQUIM A. DE CARVALHO

Propriedade da Gazeta das Aldeias (S. A. R. L.) * Redacção e Administração: Av. dos Aliados, 66—PORTO
Telegramas: GAZETA DAS ALDEIAS—PORTO * Telefones: 25651 e 25652

Composto e impresso na TIPOGRAFIA MENDONÇA (Propriedade da GAZETA DAS ALDEIAS)
Rua Jorge Viterbo Ferreira, 12-2.º—PORTO

Ainda os Centros de Gestão

No último número da *Gazeta das Aldeias* dizíamos esperar apresentar com mais desenvolvimento as afirmações feitas na reunião de Braga, pois as considerávamos actuais, fundamentadas e realistas.

Podemos, felizmente fazê-lo já hoje, não perdendo assim a oportunidade e temos a grata satisfação de, junto com as afirmações de Braga, arquivar a explicação do que são os Centros de Gestão dada por individualidade com especial autoridade na matéria.

Como sempre não é panaceia para os «males» da agricultura. É fundamentalmente um método de mentalização do empresário agrícola e deve ser, «como organismo privado, competindo exclusivamente aos agricultores a sua administração, embora assistidos por técnicos privativos ou dos serviços oficiais», da sua plena iniciativa. Não exclui outras formas de assistência técnica, antes as completa e este conjunto é de vincar, pois traz em si virtualidades grandes, na medida em que julga e analisa os resultados das possíveis modificações que novas técnicas, níveis de intensificação e novas especulações podem imprimir à rentabilidade da exploração.

Por outro lado, a análise que os Centros de Gestão facultam demonstrará a que factores é na realidade, devida a permanente crise em que se debate a agricultura.



ENTRO CIRCULO 2491
ANNO 68 DE MARÇO

CENTROS DE GESTÃO

Pelo Eng. Agrónomo MÁRIO PEREIRA — Director do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian

A recente reunião de técnicos e agricultores realizada em Braga e a que presidiu o Secretário de Estado da Agricultura incidiu particularmente sobre a actividade do Centro de Gestão que funciona nesta região com a assistência da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas.

Aos leitores da *Gazeta*, menos familiarizados com os problemas de organização ligados à gestão da empresa agrícola, interessará esta breve explicação sobre o carácter e finalidades daqueles Centros.

Os Centros de Gestão são agrupamentos de agricultores, pertencentes à mesma região agrícola dispostos a analisarem em comum os resultados das respectivas explorações, no sentido de encontrar as directrizes que conduzam ao aumento da sua eficiência económica, traduzida pelo lucro.

A agricultura de hoje, qualquer que seja o país considerado, enfrenta uma situação de crise para resolução da qual não bastam os meios técnicos. Na verdade, já não interessa apenas produzir mais recorrendo a melhores sementes, a técnicas de cultivo mais evoluídas, a maior e melhor uso de fertilizantes, a tratamentos fitossanitários, etc.. O que interessa, sim, é organizar a empresa de forma a que o conjunto dos produtos se traduza em maior rendimento com o menor dispêndio de factores, isto é que a receita final do empresário represente compensação bastante para o trabalho e capitais investidos. Por outras palavras, é necessário produzir em boas condições económicas.

Perante o condicionalismo dos preços, até certo ponto comandados pela atitude do consumidor, o agricultor deve dar preferência às produções de maior aceitação no mercado conseguindo, simultaneamente, a máxima produtividade dos meios de produção, cada vez mais onerosos, que é obrigado a adquirir — sementes, adubos, máquinas, trabalho, etc..

O estudo da melhor combinação de actividades (culturas ou produtos animais) dentro da exploração é o objectivo que deve nortear a actividade administrativa do agricultor.

— Poderá ele fazê-lo isoladamente, dispondo apenas das informações que lhe fornecem os resultados obtidos na sua exploração?

— Mesmo convencido que esteja do valor da sua capacidade administrativa, não deverá admitir que outros, nas mesmas condições e com os mesmos meios, possam conseguir melhores resultados?

Eis duas questões que estão na base da criação dos Centros de Gestão.

Em alguns países do centro e norte da Europa e nos Estados Unidos, as organizações profissionais dos agricultores, que apesar de evoluídos deparavam com problemas económicos que os tradicionais sistemas deixavam sem solução, resolveram recorrer ao poder e capacidade de realização do espirito cooperativo que, noutros campos, tão bons resultados havia conseguido. Formaram-se, assim, grupos de agricultores, verdadeiras «cooperativas de estudo», destinadas a analisar os problemas económicos decor-

rentes da produção que enfrentava novas condições do mercado.

A estas organizações apressaram-se os serviços oficiais a dar o apoio técnico e financeiro indispensável, convictos de que fora encontrada uma fórmula de colaboração eficiente entre técnicos e agricultores para encontrar soluções práticas para os problemas económicos da exploração agrícola.

Na Alemanha, Holanda, Noruega e, mais recentemente, na Inglaterra e na França, generalizaram-se instituições do tipo dos Centros de Gestão. Neste último

zados nos métodos de análise da exploração cujos resultados devem interpretar em conjunto com os agricultores, a fim de deduzirem os «conselhos de gestão», não esquecendo nunca que é o empresário finalmente quem deve tomar decisões.

Como organismo privado que o Centro deve ser, a sua administração competirá exclusivamente aos agricultores, embora assistidos por técnicos privativos ou dos serviços oficiais.

Em regra, os recursos financeiros destes organismos, já hoje espalhados pela Europa, têm as seguintes proveniências:



O 1.º orador da sessão realizada em Braga sob a presidência do Sr. Secretário de Estado da Agricultura

país estes centros pertencem às «Câmaras de Agricultura», organismos representativos dos agricultores ao nível do Departamento, e a iniciativa da sua criação pode partir de um grupo de agricultores, da Câmara de Agricultura ou dos serviços oficiais. Em qualquer caso, porém, a actividade do Centro decorre à margem da intervenção do Estado, o qual, quando muito, faculta a assistência técnica e concede subsídios.

Os Centros de Gestão devem dispor de técnicos privativos, conhecedores do ambiente económico-agrícola e especiali-

- a) Quotização dos aderentes;
- b) Financiamento das organizações profissionais dos agricultores — câmaras de agricultura, grêmios, sindicatos, cooperativas, etc.;
- c) Subsídios das administrações locais — municípios e outros;
- d) Financiamento das Caixas de Crédito agrícola;
- e) Comparticipação do Estado.

Nalguns países o papel dos Centros de Gestão não se limita à análise das explorações agrícolas dos aderentes e a formular para cada uma o respectivo conselho de gestão. A autoridade que lhe resulta do conhecimento das condições económicas em que decorre a produção permite ao Centro ser reconhecido como organismo consultor nas questões de planeamento económico, política de preços, etc.. É através dos Centros de Gestão que os agricultores podem participar no estudo e discussão dos problemas agrários e que a sua opinião pode influir nas decisões tomadas a nível superior.

Para que técnicos e agricultores dos Centros de Gestão possam estudar a economia das possíveis culturas e dos diferentes sistemas de organização, necessitam conhecer com rigor não apenas as produções e respectivos valores, mas também as quantidades e custos dos factores que para essas produções contribuíram. Só dispondo de tais elementos lhes será possível orientar a opção tanto no que se refere a actividades como ao emprego dos factores. E assim surge, como apoio fundamental da Gestão, a contabilidade agrícola.

Os agricultores que pretendam formar um Centro de Gestão ou aderir a um já existente devem dispor-se a montar as contabilidades nas respectivas explorações e a permitir a análise em conjunto dos resultados fornecidos por essas contabilidades, perdendo um pouco daquele espírito individualista que dificulta o progresso agrícola.

Os Centros de Gestão desempenham ainda uma função altamente importante na difusão de modernos processos técnicos e económicos no domínio da agricultura, ou seja na chamada vulgarização ou assistência técnica que entre nós tem estado quase exclusivamente a cargo

dos serviços oficiais. A dificuldade com que estes deparam frequentemente para transmitir aos agricultores de uma região os conhecimentos de que eles necessitam para conduzir a exploração e para convencê-los da eficácia de certas técnicas ou de certas formas de administração resulta muito da dispersão dos agricultores agravada pelo reduzido número e pouca mobilidade dos vulgarizadores. A vulgarização chamada «de massa», feita através de folhetos, conferências, excursões, etc., é muito pouco eficiente e a vulgarização individual só é praticável em escala muito reduzida. Por isso, a existência de grupos de agricultores consciencializados da necessidade do estudo dos seus problemas, visando a evolução dos sistemas de administração, faculta aos serviços de assistência técnica núcleos com alta receptividade onde podem apoiar uma acção mais vasta de vulgarização.

Por si próprios, estes núcleos constituem centros de difusão de conhecimentos, mais eficazes do que a experimentação conduzida nos estabelecimentos oficiais, dado que o agricultor confia mais na «prática» dos seus colegas do que no que considera a «teoria dos técnicos».

Também no domínio da investigação económico-agrária a mais alto nível os Centros de Gestão são valiosos colaboradores dos organismos especializados, fornecendo grande parte dos elementos em que estes baseiam os seus trabalhos.

A comprovada eficiência dos Centros de Gestão, aos quais a agricultura de muitos países deve grande parte da sua evolução, pode ser considerada estímulo bastante para que a louvável iniciativa da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, criando em Braga um Centro de Gestão, se generalize a todas as regiões do País.

*Palavras proferidas pelo Eng. Duarte Amaral, Chefe da
Repartição de Estudos Económicos e Relações Exteriores, na
Sessão de Braga de 20-2-1963*

São para V. Ex.^a, Senhor Secretário de Estado da Agricultura as minhas primeiras palavras, palavras de agradecimento por se ter dignado emprestar o brilho da sua presença a esta reunião de técnicos e de agricultores, que só não é de mera rotina, porque nela se ensaia um processo de colaboração que constitui relativa novidade entre nós.

Na verdade, pode a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas orgulhar-se de ter acrescentado recentemente na folha de serviços prestados à agricultura portuguesa mais uma acção que se reputa da maior actualidade e alcance.

Queremo-nos referir à íntima colaboração que os serviços estabeleceram com um grupo de agricultores desta região, de modo a porem em funcionamento o primeiro Centro de Gestão ligado aos Serviços Oficiais.

Mercê da intervenção do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, cuja actividade no campo da investigação científica nunca será demais realçar, existiu já um Centro de Gestão em Beja e funciona ainda um outro na Beira Litoral. Coube à Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, mercê sobretudo do entusiasmo do Director do Posto Agrário de Braga e da compreensão dos agricultores deste distrito, ajudar a criar este Centro, cronologicamente o terceiro existente em Portugal.

Não quero deixar de salientar, como é de justiça, a colaboração prestada neste campo à Direcção-Geral pelo Centro de Estudos de Economia Agrária e a sua contribuição financeira para ocorrer a algumas das despesas inerentes ao funcionamento deste Centro de Gestão. É também de realçar o auxílio recebido da

Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro-e-Miúho.

Para muitos dos presentes, pouco familiarizados ainda com estas questões, que só bem recentemente aliás passaram a ser alvo de cuidadosa atenção, levantar-se-á talvez, neste momento uma dúvida legítima: o que é e para que serve um Centro de Gestão?

É o que tentaremos muito resumidamente explicar.

A Agricultura encarada como actividade económica, visa essencialmente, o lucro.

É deste lucro, da sua existência e do seu volume, que depende, em última análise, o nível de vida dos agricultores.

Neste particular a actividade agrícola não se distingue doutras actividades.

As diferenças nascem, sobretudo, das condições em que se exerce essa actividade. Na verdade, e como é sabido de todos, na produção agrícola desempenha papel fundamental a Natureza, entendendo-se por esta designação o conjunto de factores naturais que influenciam bem marcadamente a produção, e cuja acção o homem não pode modificar, ou apenas consegue alterar em escala muito moderada.

Por outro lado, à constituição das empresas agrícolas presidem frequentemente, imperativos muito diversos dos que provocam a formação de empresas industriais, dado que as características básicas das produções agrícolas frente às necessidades humanas impelem para a agricultura vastos sectores da população, apenas com objectivos de subsistência. Deste facto resultam graves defeitos na estrutura e no funcionamento de numerosas empresas agrícolas que compromete-

tem, por vezes irremediavelmente, os resultados económicos obtidos.

É óbvio que não é só nas empresas agrícolas que se observam vícios de estrutura; mas é nestas, sem dúvida, que mais acentuadamente eles se verificam.

Mas à medida que estes vícios estruturais vão sendo corrigidos, graças, por um lado ao desenvolvimento económico, cujo processo faz diminuir a pressão demográfica sobre o sector, que está na origem daqueles vícios, e por outro devido a acções directas e indirectas dos governos, as empresas agrícolas, mantendo embora certas características peculiares, aproximam-se, nos seus objectivos económicos, das empresas dedicadas a qualquer outro sector de actividade.

Nestas circunstâncias, há uma questão que adquire especial relevância para a empresa agrícola: é a dos resultados económicos obtidos.

Toda a empresa supõe um empresário. No processo produtivo, que resulta da acção dos diversos factores de produção, ganha preponderância crescente o factor empresário, pois é das suas qualidades de decisão que cada vez mais depende o êxito da empresa.

Mas como poderá qualquer agricultor tomar decisões fundamentadas se não conhecer, com suficiente pormenor, quais os resultados económicos que vai obtendo na sua exploração, e se não puder relacioná-los com os sistemas produtivos que escolheu, os factores que mobilizou, as solicitações dos mercados onde vende os produtos?

Isto é tão evidente que, se pensarmos bem, reconheceremos que não há nenhum empresário agrícola que tome decisões na sua exploração sem entrar em linha de conta com aquelas circunstâncias. Simplesmente o que acontece é que, pelo facto de não ordenar convenientemente toda a informação disponível, toma frequentemente decisões que contrariam o objectivo que afinal pretendia alcançar.

Daí que tivesse surgido uma metodologia para registar e ordenar todos os elementos informativos necessários para o agricultor tomar decisões fundamentadas: e isto constitui, afinal, a essência das técnicas de gestão.

Encarada sob este ângulo a gestão

identifica-se com a função de empresário; bem ou mal fundamentado todo o agricultor faz gestão.

Na verdade, em que consiste a actividade do agricultor senão na tomada constante de um certo número de decisões relativas à escolha de produções vegetais e animais em obediência a determinados critérios de prioridade ao uso dos factores de produção à comercialização dos seus produtos? E que outra coisa é esta actividade senão gestão da sua empresa?

Portanto, a introdução de métodos que permitam uma melhor apreciação do que se passa nas empresas é assunto que interessa a todos os agricultores.

E interessa igualmente aos técnicos que têm por missão dar conselhos aos agricultores, prestando-lhes, usando uma designação tradicional, assistência técnica. De facto, dificilmente se compreende que tais conselhos possam ser pertinentes se ignorarem a estrutura da empresa e a capacidade do empresário e se desligados da eventual repercussão nos resultados económicos.

Eis, portanto, o que é a gestão: é a própria acção do agricultor na condução da sua empresa.

Uma das novidades dos modernos métodos de gestão consiste na reunião de agricultores que possuem explorações alins, para o estudo em comum dos seus problemas. Este é o principal motivo que conduz à criação de Centros de Gestão.

Trata-se dum caso concreto de aproveitamento das indiscutíveis vantagens da cooperação, princípio que tão fértil se revela em numerosos sectores da agricultura.

Os resultados económicos obtidos nas explorações destes Centros são posteriormente discutidos pelos técnicos e pelos agricultores, em reuniões em que se procura estabelecer relações de causa e efeito entre a estrutura técnico-económica da exploração e aqueles resultados. Nestas discussões, à fria mas imparcial eloquência dos números é concedido lugar de relevo.

São eles de facto que revelam o acerto ou o desacerto das decisões tomadas pelos empresários, se bem que se possam aceitar, nalguns casos, explicações complementares para justificar um ou outro.

Mas qualquer argumento perderá muito da sua força convincente na medida em que não for apoiado nos resultados obtidos.

Há cerca de três anos tivemos ensejo de escrever, num artigo que levantou certa celeuma, que não haveria agricultura sem agricultores.

Davamos ao conceito de agricultor o seu significado pleno, de empresário dispondo de uma exploração económica viável e possuindo aquela bagagem de conhecimentos técnicos e económicos que a Agricultura de hoje exige.

Passaram três anos e se alguma coisa temos de modificar naquele nosso pensamento é de que o condicionalismo actual exige ao empresário agrícola um somatório de qualidades muito mais elevado do que o requerido aos empresários doutros sectores. Devemos ter o desassombro de afirmar que, quer as circunstâncias em que se desenrola o processo produtivo na Agricultura, quer as características intrínsecas da produção, quer a complexidade dos circuitos de comercialização dos seus produtos levantam problemas de tal magnitude aos empresários agrícolas, que estes, não os poderão solucionar satisfatoriamente, se não possuírem uma capacidade de gestão superior à média dos empresários de muitas outras actividades económicas.

Compreende-se assim quanto é importante e como ganha foros de problema central a preparação do agricultor em tudo que possa concorrer para a melhoria da maneira como orienta a respectiva exploração.

Não deve por isso deixar de se dar o merecido relevo aos esforços desenvolvidos pelos agricultores com o objectivo de melhor se prepararem para enfrentar as dificuldades da sua profissão.

Analizados certos factos à luz deste critério não podemos deixar de dirigir uma palavra de admiração e de agradecimento aos agricultores reunidos no Centro de Gestão de Braga.

Admiração porque resolveram trilhar um caminho, sem dúvida difícil, mas que parece o único viável, qual é o de atacarem de frente os seus problemas, e confiarem mais em si próprios que em acções exteriores, que não passam muitas vezes

de enganadoras miragens. Quando, se considera exclusivamente dependente duma revisão dos preços a viabilidade económica da Agricultura, está-se fechando os olhos a uma evidência que nega cada vez mais, por força de irremovíveis circunstâncias, semelhante solução.

É, por isso, consolador verificar que um grupo de verdadeiros agricultores escolheu caminho diverso e busca na adaptação das suas empresas aos novos imperativos da conjuntura, as verdadeiras soluções para os seus problemas.

Afirmamos também que este núcleo de agricultores se tornou credor do nosso reconhecimento. Na verdade, numa altura em que os técnicos agrários são alvo frequente de ataques mal intencionados, que atingem muito particularmente os que se devotam ao estudo e à actuação no campo económico, é reconfortante encontrar agricultores sem ideias preconcebidas nem atitudes reservadas, que confiadamente apelam para a colabcação desses técnicos, para que, em comum, se ataque a resolução dos problemas que hoje levanta a tão difícil arte de dirigir uma exploração agrícola.

Este apelo não pode nem deve ser ignorado. Por nossa parte estamos dispostos a corresponder com o melhor do nosso esforço para que o agricultor português tenha possibilidade de utilizar os mais aconselháveis métodos, na gestão da sua empresa.

E temos a certeza que tanto o Senhor Director-Geral dos Serviços Agrícolas como V. Ex.^a Senhor Secretário de Estado da Agricultura removerão as dificuldades que eventualmente se oponham à colabcação a prestar a este e a outros Centros de Gestão, como o de Ribeira Lima que já se encontra também em funcionamento.

Gostaríamos que fosse dada oportunidade de ensaiar na área da I Região Agrícola, embora em escala experimental, um tipo de assistência técnica que tomasse como ponto de partida justamente a actividade dos Centros de Gestão.

A esta, outras reuniões se seguirão, menos formais, onde os problemas de cada exploração vão ser debatidos em pormenor, no desejo de se encontrarem soluções que permitam aos agricultores

Exposição do Eng. Francisco M. Palhavã sobre os resultados do Centro de Gestão de Braga

Embora de forma resumida, vamos apresentar alguns aspectos da análise dos resultados das explorações agrícolas integradas no Centro de Gestão de Braga — o primeiro centro formado sob a orientação da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

Por se tratar do primeiro ano da actividade e pelas naturais dificuldades surgidas, as conclusões a tirar desta primeira análise terão de ser bastante limitadas

desta região fazer face a alguns dos difíceis problemas que os afligem.

Tenhamos esperança em que algo de positivo será obtido, e que outros passos se seguirão a este, pelos quais a agricultura do Noroeste caminhe para uma situação de nitida melhoria económica.

A Agricultura está passando em todo o Mundo por dolorosas crises de adaptação, e o mesmo sucede entre nós. Nesta transformação o papel essencial cabe aos homens.

A tarefa árdua de modernização da nossa Agricultura exige empresários esclarecidos e receptivos, de vontade decidida, capazes de afrontarem, sem desânimo, as adversidades da Natureza, as exigências do progresso, os condicionamentos dos grandes acordos económicos.

A experiência que motivou esta nossa reunião mostra-nos haver ainda agricultores desta ténpera.

Confiemos em que, mercê da sua actuação, o sector agrário possa superar as dificuldades actuais e os agricultores venham a usufruir o desafogo económico a que a actividade essencial que exercem lhes dá indiscutível direito.

e prudentes, pois mesmo que tudo tivesse decorrido da melhor maneira, seria ousado e perigoso pretender tirar conclusões muito amplas de elementos colhidos ao longo dum único exercício contabilístico.

Além disso, as explorações dos aderentes encontram-se distribuídas por uma zona muito vasta, que abrange os concelhos de Amares, Barcelos, Braga e Vila Verde e não se sabe até que ponto este conjunto forma uma pequena região agrícola natural, homogénea em relação ao meio e aos sistemas de produção praticados. Só num meio de relativa homogeneidade as conclusões podem ser mais objectivas. Será um ponto que deverá ser esclarecido à medida que os estudos forem prosseguindo, pois nesta primeira fase houve a preocupação de aproveitar as condições favoráveis à formação do Centro, entre as quais são de destacar o entusiasmo do Director do Posto Agrário de Braga e a compreensão e o interesse manifestado pelos agricultores que na primeira hora desejaram aderir.

Aceitaram-se, por isso, as suas inscrições e começou-se a trabalhar com 42 explorações dos 4 concelhos indicados.

Devemos referir que este procedimento sai um pouco das boas regras da metodologia que deve ser seguida na formação de centros de gestão implicando, por consequência, alguns inconvenientes. Na verdade dever-se-ia ter definido, previamente, a pequena região agrícola natural — zona de trabalho — através dos elementos recolhidos em inquéritos que abrangessem a totalidade das explorações agrícolas ou, pelo menos, um grupo que constituísse uma amostra estatística, ou, ainda, um número de explo-

rações julgado representativo quanto a dimensão e estrutura.

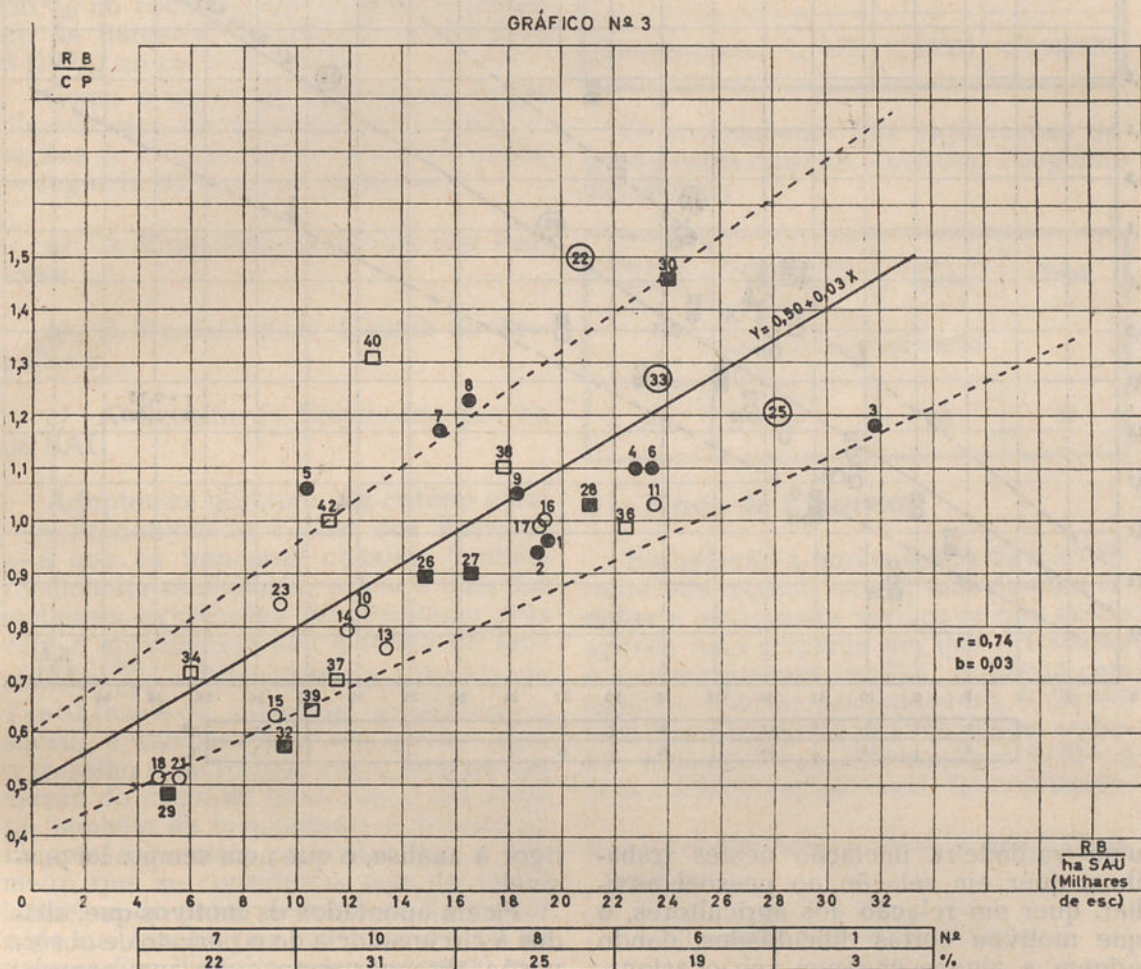
Só depois se estaria em condições de seleccionar as explorações e definir a zona de acção do Centro de Gestão.

Compreende-se, porém, que nas actuais circunstâncias se iniciasse o trabalho, embora com prejuízo do rigor, dispensando todas aquelas condições, dado o interesse e a necessidade de empreen-

trarmos numa fase de arranque — cremos que a contribuição para orientação dos agricultores e dos próprios técnicos encarregados dos serviços de vulgarização será um incentivo para prosseguir e multiplicar os estudos deste género.

1 — O Método de Observação

Como método de observação das



der os estudos sobre a Economia de Produção ao nível da exploração, no âmbito da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

No entanto, apesar de todas as limitações derivadas das condições em que o trabalho foi efectuado e da ocorrência de algumas deficiências — por nos encon-

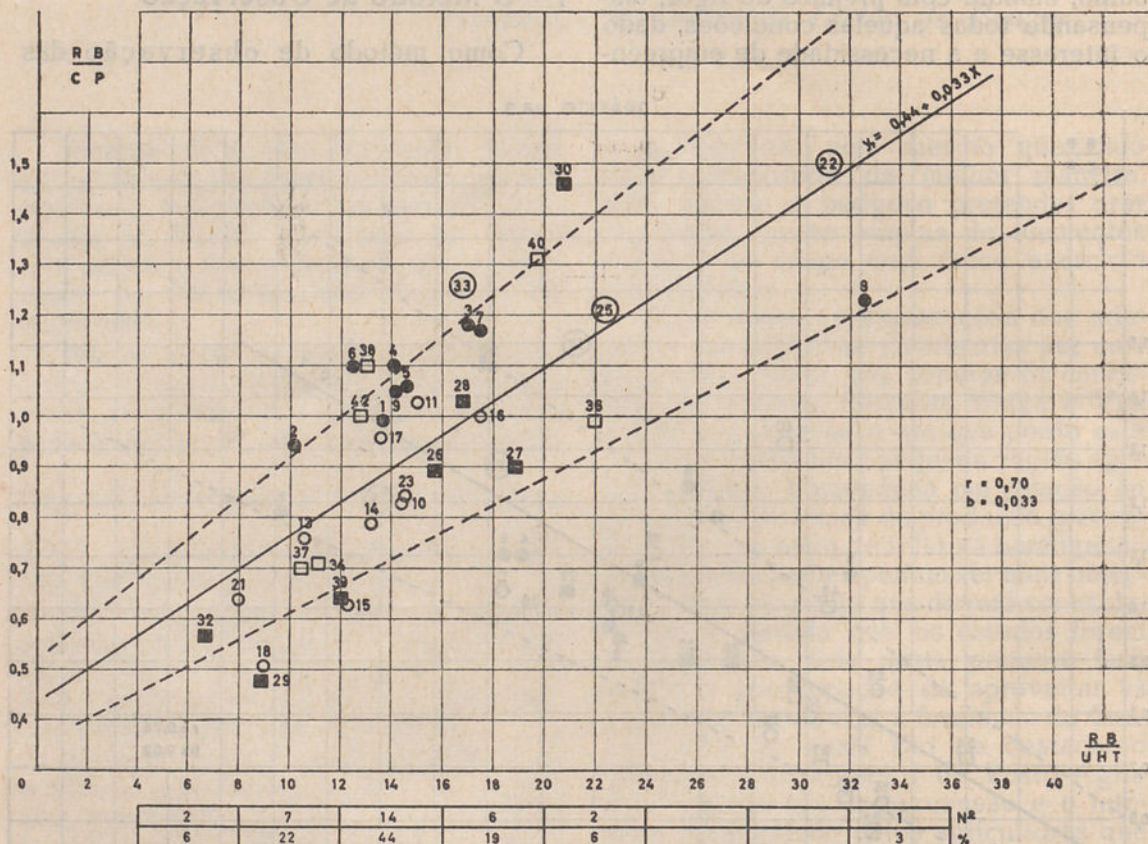
explorações utilizou-se a contabilidade global (folhas de despesas e receitas) com inventários de abertura e de fecho. Os agricultores registaram, numa agenda, os movimentos de valores implicados no funcionamento das empresas, sendo estes elementos recolhidos mensalmente nas folhas de despesas e receitas, por um

regente agrícola sob a orientação de dois engenheiros agrónomos do P. A. de Braga.

Deve notar-se que o método em si, apesar da sua simplicidade, constituiu

tido com os colegas do C. E. E. A. da Fundação Calouste Gulbenkian, já iniciados em trabalhos sobre gestão em Portugal, também lutaram com algumas dificuldades que procuraram vencer sem subtrair

GRÁFICO Nº 15



uma verdadeira iniciação nestes trabalhos, quer em relação ao pessoal auxiliar, quer em relação aos agricultores, o que motivou certas dificuldades, dando origem a alguns enganos que ocasionaram, por vezes, duplicações de trabalho e de que resultaram algumas imperfeições.

Na repartição de Estudos Económicos procedeu-se ao fecho de contas, ao preenchimento das fichas de exploração e de análise, à elaboração das contas de exploração e dos quadros e gráficos de análise.

Apesar dos técnicos desta Repartição beneficiarem dos contactos que têm man-

rigor à análise, o que nem sempre foi possível.

Ficam apontados os motivos que, aliados à circunstância de o período de observação abranger apenas um ano, aconselham a tirar dos resultados apresentados conclusões prudentes e cautelosas.

2— A constituição do Grupo de Explorações considerado para análise

Das 42 empresas inscritas inicialmente, houve 7 desistências, permanecendo, portanto, até ao fim do exercício, 35, em

relação às quais foram completados os registos e apurados os resultados. Perante estes, e numa primeira tentativa de análise houve necessidade de proceder a uma selecção prévia, ficando o conjunto, para fins de análise de grupo, constituído por trinta e duas explorações julgadas em condições de serem comparadas.

Estas apresentam uma certa dispersão geográfica englobando 9 explorações (28%) no concelho de Amares, 10 (31%) no de Barcelos, 7 (22%) no de Braga e 6 (19%) no de Vila Verde.

Como é usual, as explorações foram classificadas em três categorias — explorações de cabeça, intermédias e de cauda — segundo os critérios seguintes:

a) A Produtividade Global dos Factores

b) A Produtividade Líquida do Trabalho e

c) A Receita do Empresário por ha de SAU

Adoptou-se portanto, um critério geral — a Produtividade Global dos Factores — a que os franceses chamam também rendimento económico, e que é uma das melhores expressões do resultado, pois este é apresentado sob a forma de uma relação $\frac{RB}{CP}$; a Produtividade Líquida do Trabalho — de interesse económico e social, e também por ser, neste caso, o trabalho o factor que mais pesa na formação do custo de produção; e um critério também de resultados — a Receita do Empresário — mais particular que o primeiro que se considerou, mas de muito interesse do ponto de vista do agricultor e de sua família, por constituir o total de valores (em dinheiro e em natureza) que o agregado familiar pode consumir sem diminuir a capacidade de produção da exploração e que provém da participação da família na actividade agrícola, sob a forma de trabalho (de direcção e execução) e de capital.

Os valores-limite adoptados para definir cada uma das classes consideradas, são as seguintes:

CLASSIFICAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES

	RB/CP	PL/dH	RE/ha SAU
Classe de cabeça.	$\geq 1,00$	$\geq 25\$00$	$\geq 9\ 000\$00$
Classe intermédia.	$\geq 0,75$ $< 1,00$	$\geq 15\$00$ $< 25\$00$	$\geq 6\ 000\$00$ $< 9\ 000\$00$
Classe de cauda	$< 0,75$	$< 15\$00$	$< 6\ 000\$00$

O ordenamento das explorações segundo estes critérios, conduziu à seguinte distribuição:

Classe de cabeça	Classe intermédia	Classe de cauda	Total
Números de explorações			
8	11	13	32

3 — Tipos de Empresa

Em relação à proveniência da mão-de-obra empregada, isto é, mão-de-obra familiar e assalariada verifica-se que existe apenas uma empresa em que o trabalho é exclusivamente familiar, 7 (22%) com trabalho familiar predominante, 9 (28%) com trabalho misto, 6 (19%) com trabalho assalariado predominante e 9 (28%) com trabalho exclusivamente assalariado.

4 — Características Gerais das Explorações

A superfície das explorações:

Ao conjunto considerado para análise corresponde uma superfície total média de 9,10 ha e uma superfície agrícola útil, também média, de 4,57 ha. Não se verifica qualquer incidência da repartição da superfície total no ordenamento das explorações.

O aproveitamento do solo agrícola, considerando grandes categorias de culturas, é feito quase exclusivamente à base

da cultura arvense de regadio, pois nas 3 classes correspondem-lhe as seguintes percentagens da superfície agrícola útil:

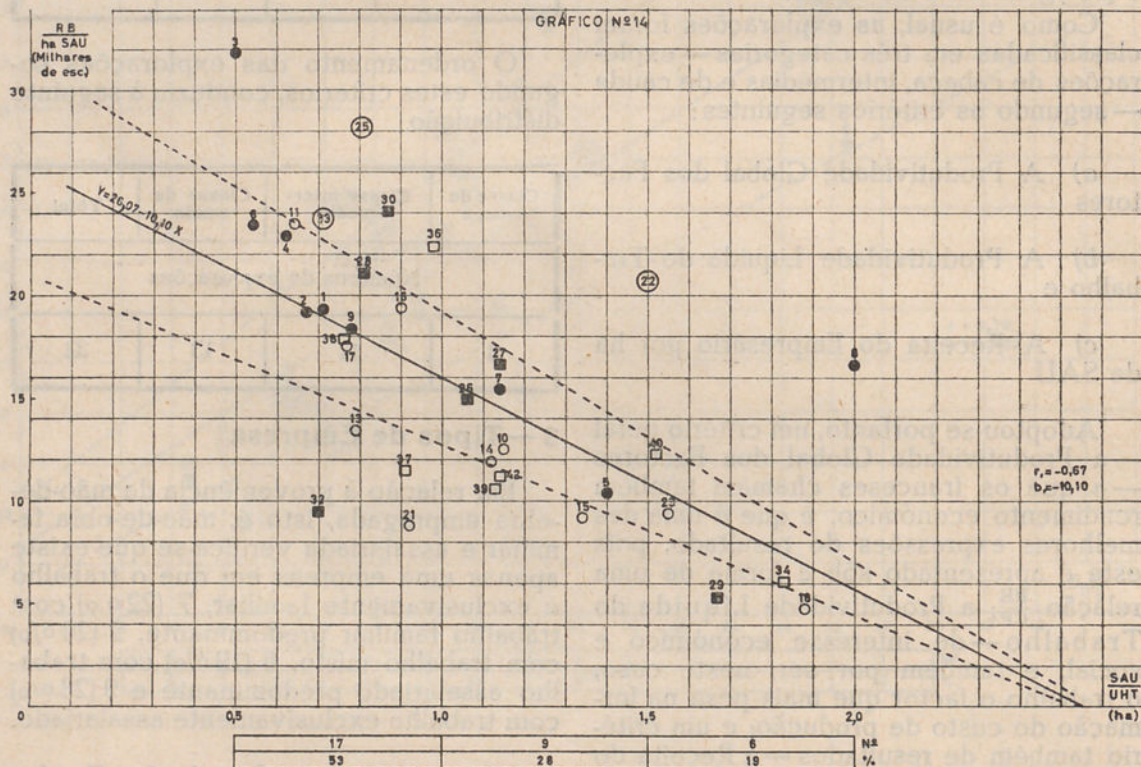
Classe de cabeça	91 o/o
Classe intermédia	90 o/o
Classe de cauda	90 o/o

No que respeita à CA de sequeiro, a área (em o/o), partindo da classe de cabeça, aumenta nas classes intermédias e de cauda.

Embora a cultura arvense de regadio

contribuição na formação do Rendimento Bruto.

No caso das explorações do Minho este problema é bastante complexo e de difícil solução devido principalmente às consociações de culturas, às variações de algumas áreas culturais ao longo do ano (por exemplo no caso da horta) e ainda à existência de culturas em relação às quais é quase impossível encontrar uma área que seja representativa, como por exemplo no caso da vinha, pelo



constitua a base dos sistemas de produção e pressuponha um certo processo intensivo de exploração, torna-se necessário, em trabalhos futuros, determinar alguns elementos que possam conduzir ao estabelecimento e apreciação dos diferentes graus de intensificação, através, por exemplos, da comparação de produtividades físicas.

Para isso, deve procurar-se conhecer, com bastante rigor, além das áreas correspondentes às grandes categorias culturais, as áreas das culturas com maior

menos no estado actual da observação.

5 — Sistema de Exploração

Apreciando a actividade produtiva das explorações através da contribuição dos produtos de origem vegetal e animal na formação do rendimento bruto, verifica-se que o sector vegetal, em 78 o/o dos casos, contribui com 70 a 90 o/o. Dentro deste, são o milho e os produtos vînicos os que

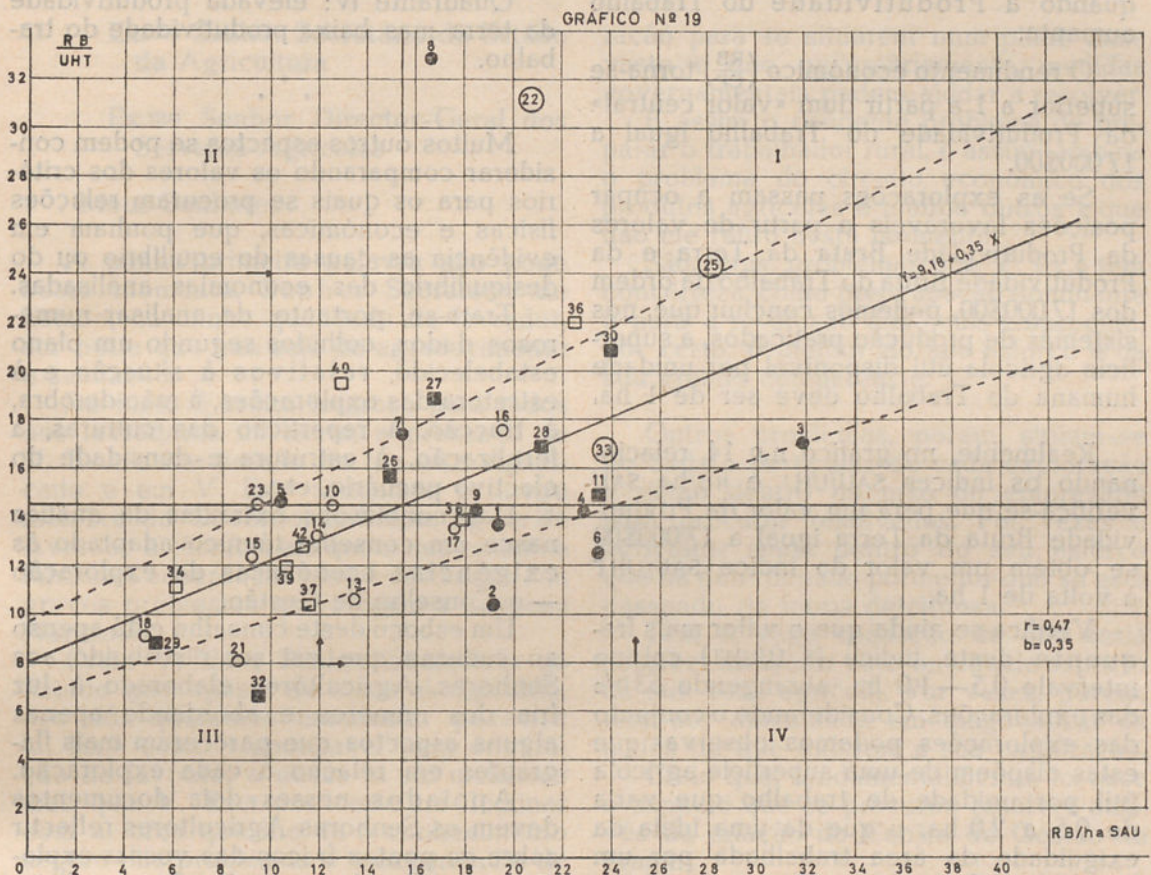
têm maior peso, pois em 78 o/o das explorações cabem-lhes 50 a 80 o/o do R. B.

Os Resultados

A expressão mais satisfatória para apreciar o resultado económico das explorações é dada pela relação $\frac{RB}{CP}$ que na terminologia francesa tem o nome de rendimento económico e a que nós cha-

No Método de Análise empregado — o Método de Análise Gráfica — esse estudo é feito através do exame sucessivo duma série de gráficos nos quais figuram em abcissas e em ordenadas os valores dos coeficientes dos factores cujas relações se procuram determinar.

Assim no gráfico n.º 3, procurou relacionar-se a Produtividade Global dos



mamos Produtividade Global dos Factores. Se este quociente é superior a um, os «valores produzidos» são superiores aos «valores consumidos», existe pois lucro.

Para melhorar o rendimento económico é preciso proceder a um estudo sistemático dos factores que o determinam, isto é, um estudo dos elementos que actuam sobre o Rendimento e sobre o Custo.

Factores $\frac{RB}{CP}$ e o Rendimento Bruto por ha de superfície agrícola útil (RB/ha SAU), que exprime a Produtividade Bruta da Terra.

Obteve-se uma correlação altamente significativa.

Verifica-se, portanto, que a produtividade global dos factores aumenta quando o RB/ha SAU cresce.

Para um valor da Produtividade Global

dos Factores igual a 1, obtém-se um valor do coeficiente RB/ha SAU da ordem dos 17 000\$00, isto é, passa a haver lucro quando a Produtividade da Terra for superior a 17 000\$00.

No gráfico, n.º 15, relacionou-se a Produtividade Global dos Factores $\left(\frac{RB}{CP}\right)$ e a Produtividade Bruta do Trabalho.

Tal como no caso anteriormente considerado, a Produtividade global aumenta quando a Produtividade do Trabalho aumenta.

O rendimento económico $\left(\frac{RB}{CP}\right)$ torna-se superior a 1 a partir dum «valor central» da Produtividade do Trabalho igual a 17 000\$00.

Se as explorações passam a ocupar posições favoráveis a partir de valores da Produtividade Bruta da Terra e da Produtividade Bruta do Trabalho da ordem dos 17 000\$00, podemos concluir que, nos sistemas de produção praticados, a superfície agrícola útil disponível por unidade humana de Trabalho deve ser de 1 ha.

Realmente, no gráfico n.º 14, relacionando os índices SAU/UHT e RB/ha SAU verifica-se que para um valor da Produtividade Bruta da Terra igual a 17 000\$00 se obtém um valor do índice SAU/UHT à volta de 1 ha.

Verifica-se ainda que o valor mais frequente deste índice (SAU/UHT) cai no intervalo 0,5 — 1,0 ha, abrangendo 53% das explorações. Considerando o conjunto das explorações podemos observar que estas dispõem de uma superfície agrícola útil por unidade de trabalho que varia de 0,5 a 2,0 ha, o que dá uma ideia da exiguidade da área trabalhada por um homem válido ao longo de um ano.

A fim de se procurar relacionar a Produtividade Bruta do Trabalho e a Produtividade Bruta da Terra foi construído o gráfico n.º 19, tendo sido traçado duas rectas representativas das situações médias do grupo, que delimitam quatro quadrantes. O equilíbrio em relação aos dois índices considerados é dado pela posição das explorações nos quadrantes:

O quadrante I corresponde às situa-

ções mais favoráveis, isto é, altas produtividades da terra e do trabalho.

O quadrante II: engloba as explorações com baixa produtividade da terra e elevada produtividade do trabalho.

Quadrante III: reduzidas produtividades da terra e do trabalho. O problema das explorações colocadas neste quadrante consiste na elevação simultânea e equilibrada dos dois índices de produtividade.

Quadrante IV: elevada produtividade da terra mas baixa produtividade do trabalho.

* * *

Muitos outros aspectos se podem considerar comparando os valores dos critérios para os quais se procuram relações físicas e económicas, que ponham em evidência as causas do equilíbrio ou do desequilíbrio das economias analisadas.

Trata-se, portanto, de analisar numerosos dados, colhidos segundo um plano estabelecido, relativos à situação e à estrutura das explorações, à mão-de-obra, à tracção, à repartição das culturas, à fertilização, à estrutura e densidade do efectivo pecuário, etc..

Das conclusões extraídas da análise nasce um conselho técnico adaptado às exigências económicas da exploração — o Conselho de Gestão.

Um esboço deste conselho está apenas ao caderno que vai ser distribuído aos Senhores Agricultores elaborado à luz fria dos números e abordando apenas alguns aspectos que pareceram mais flagrantes em relação a cada exploração.

Apoiados nesses dois documentos devem os Senhores Agricultores reflectir sobre os pontos fracos das vossas explorações, a fim de serem fixados os objectivos a atingir. Os técnicos, ajudá-los-ão a fixar esses objectivos, num trabalho de estreita cooperação, mas tanto neste aspecto, como nas medidas a adoptar serão sempre os Senhores Agricultores a escolher, isto é, são os Senhores que terão de decidir.

Nunca nos devemos esquecer que cada empresa deve representar um centro de decisões específico, livre e autónomo.

*Discurso do Sr. José Pereira da Silva, presidente do
Centro de Gestão de Braga*

Ex.^{mo} Senhor Secretário de Estado
da Agricultura

Ex.^{mo} Senhor Director-Geral dos
Serviços Agrícolas

Meus Senhores:

A minha primeira palavra não pode neste momento, Senhor Secretário de Estado, na minha qualidade de lavrador, ser outra que não seja de agradecimento e saudação.

De facto é muito honroso para todos nós lavradores do norte, a presença de V. Ex.^a nesta sessão de tão alto significado e em V. Ex.^a saudamos o ilustre membro do Governo, brilhante figura de lavrador e técnico, em quem depositamos fundadas esperanças para a resolução dos graves problemas que afligem a Lavoura Nacional.

Creia V. Ex.^a, Senhor Secretário de Estado que, apesar de todas as dificuldades nós queremos manifestar perante V. Ex.^a como responsável pela orientação da lavoura, a nossa fé em melhores dias que V. Ex.^a por certo irá iluminar com a força que lhe dá o conhecimento seguro dos problemas e a experiência de longos anos de agricultor.

Ninguém ignora a tremenda crise que atravessa no momento presente a Lavoura Nacional. Todos nós agricultores a sentimos, mais que ninguém, porque lhe conhecemos os efeitos e consequências.

Razões profundas são causa dessas dificuldades. Seria estultícia da minha parte mencioná-las na ilustre presença de V. Ex.^a que tão bem as conhece.

Essas razões ultrapassam, por assim dizer o âmbito particular de cada explo-

ração para se situarem num plano mais vasto e que, necessariamente, medidas governamentais podem ajudar a resolver.

É assim o candente problema de preparar o trabalhador rural, é assim também o problema do circuito económico dos produtos agrícolas e muitos outros a que não me refiro neste momento.

São, pois, problemas que V. Ex.^a tem concerteza como preocupação dominante e para a resolução dos quais empregará, por certo, o melhor do seu esforço e da sua grande competência.

Outros problemas, porém, situam-se no âmbito particular de cada exploração e estão dentro da mão do empresário para procurar resolvê-los. Por vezes o agricultor sente dentro do seu esforço que há determinado pormenor que se está passando de forma defeituosa.

Tem a vaga sensação de que seria possível melhorar este ou aquele aspecto da sua casa agrícola. Por vezes, porém, tem até dificuldade em diagnosticar os males de que enferma a sua exploração.

Creio que, fundamentalmente, foi esse o aspecto que se procurou resolver através da criação do Centro de Gestão de Braga.

É conto, a propósito, como a ideia surgiu: certo dia fui procurado pelo ilustre e incansável Director do Posto Agrário de Braga e depois de trocarmos umas breves palavras ele disparou-me a frase seguinte: Nós precisamos de formar um Centro de Gestão. Confesso sinceramente que fiquei um tanto ou quanto perplexo, pois muito embora não me fosse desconhecido em absoluto o termo Gestão, não me foi possível assimilar, de momento, o alcance daquilo que a palavra em si continha.

Prestando a melhor atenção, aguardei serenamente o desenrolar da conversa, porque estava certo de que tinha na minha frente a pessoa capaz de me ilucidar e de me esclarecer para a compreensão da tarefa que se ia realizar.

Julguei, naquela altura, ter conseguido o objectivo em vista e dei assim a minha franca colaboração, como sempre o tenho feito noutras circunstâncias.

Um ano se passou sobre a conversa que tivemos e a minha exploração passou a dispor duma contabilidade rigorosa, em que desde as despesas pagas até ao consumo familiar tudo é registado com o maior cuidado e atenção.

Surgem-nos agora os resultados finais e a análise de gestão.

Os pontos fracos, assim como os fortes, são referidos através de números e de gráficos, dando-me um retrato fiel da minha exploração.

As impressões mais ou menos precisas que eu tinha dos defeitos e deficiências da minha lavoura, confirmam-se agora totalmente.

Embora eu, em boa verdade, não devesse aqui dizê-lo, o rendimento bruto aparece-me um pouco inferior à média das explorações de cabeça.

A percentagem da produção animal mantem-se ainda baixa.

As produções de milho, mercê do emprego das melhores sementes híbridas e do uso de adubações racionalmente equilibradas, apresentam-se francamente elevadas.

O rendimento bruto do sector animal apresenta-se realmente muito fraco.

O emprego de mão-de-obra mercê de possuir um tractor e outras máquinas e ainda devido à organização que tenho dado ao trabalho, mostra-se também com boa produtividade dando em resultado que o custo total da produção se mostra, de facto, bastante baixo.

Em conclusão: depois de feita a análise de gestão eu verifico que o sector pecuário na minha exploração me deverá merecer a principal atenção, para além de outros aspectos que tenho também de melhorar.

O diagnóstico está, portanto, feito. Há agora que encarar de frente o remédio e

das francas trocas de impressões dos agricultores entre si e com o técnico, pode-se encontrar o caminho a seguir.

Muita esperança deposito nestas reuniões. Depois delas, parece-me que se poderá provar que alguma coisa se pode fazer com a Lavoura.

E eu atrevo-me a dizer uma coisa, Senhor Secretário de Estado. Perdoe-me V. Ex.^a que melhor não sei.

Quando atrás aludo ao contacto entre o lavrador e o técnico, faço-o por experiência própria, pois já lá vão uns anos que escolhi a profissão de agricultor à qual me orgulho de pertencer.

Para tanto, fui forçado à compra da maior parte da terra que hoje possuo, mas como não tivesse disponibilidade de capital vi-me forçado a recorrer ao crédito, quase na totalidade. Como é de calcular os encargos a suportar eram bastante pesados e o rendimento em função deste era deficitário, porque só sabia de lavoura o que sabiam os meus vizinhos.

Tornava-se pois necessário abrir novos horizontes para transpor o obstáculo que se deparava à minha frente. Na expectativa de vencer fui deabalada até ao Posto Agrário confiante em colher ensinamentos que me pudessem levar a tão almejado triunfo.

Fui recebido com fidalguia e carinho pelo então senhor engenheiro agrónomo Doutor Justino de Amorim, que com o seu alto saber me indicou o caminho a seguir. Pouco tempo decorrido comecei a sentir o efeito dos seus ensinamentos pois a terra passou a dar um rendimento bastante melhor. Animado por tal acontecimento, continuei a frequentar aquela Casa, só, ou levando outros comigo, porque tinha a certeza de que ali se encontrava o remédio capaz de curar os meus males e de tantos outros lavradores.

Impõe-se-me por isso o dever de gratidão de uma palavra de agradecimento ao Director e a todos os técnicos que formam o núcleo do Posto Agrário de Braga, pois é justo salientar que eles sem favor têm vindo a prestar os mais valiosos e relevantes serviços à lavoura da nossa Região.

Em resumo: por tudo isto se pode deduzir que a situação desafogada que hoje felizmente disfruto é sem a menor

*Discurso do Eng. João de Vasconcelos — Director do
Posto Agrário de Braga*

Ex.^{mo} Senhor Secretário de Estado
da Agricultura

Ex.^{mo} Senhor Director-Geral dos
Serviços Agrícolas

Meus Senhores:

Quando por inconformismo técnico e natural irreverência pensámos em reagir perante a imanente acusação de ser o técnico em parte responsável dos males que afligem a velha agricultura desta Região; quando ousámos quebrar o cómodo encanto de velhos métodos, velhos como a agricultura a que se dirigiam, longe estávamos de pensar que, à primeira reunião a que simbolicamente chamamos de gestão da empresa agrícola, actividade

em que tanta fé depositamos, teríamos a honra de a ver presidida por um membro ilustre do Governo.

Se o pensáramos, sentiríamos faltarnos a coragem por não nos ser possível apresentar num ano de actividade algo de mais meritório, resultados palpáveis que dessem bem a noção das possibilidades que os métodos de Gestão apresentam em relação às necessidades da agricultura moderna.

Pensariamos que os primeiros passos, incertos, titubeantes, embora cheios de esperança, não poderiam dar mais do que a noção dum esforço de resultados obscuros, por muitos subestimados, ou considerados de importância muito restrita.

Se tiveramos o condão de o adivinhar, ficaríamos assustados ao ver-nos, sem

dúvida fruto dos conselhos técnicos recebidos, razão esta pelo que me confesso muito e muito reconhecido.

Eu sei, Senhor Secretário de Estado, que a Gestão não pode resolver o problema agrícola Nacional; não é remédio que tudo pode superar.

Mas eu creio, profundamente, no interesse indiscutível destes estudos. Eu próprio me confesso uma vez mais, verdadeiramente surpreendido com as conclusões através dos números da contabilidade, a que nos podem levar os estudos de Gestão.

Eu atrevo-me, pois, na minha qualidade de Presidente do Centro de Gestão a pedir a V. Ex.^a Senhor Secretário de Estado, o vosso carinho para esta iniciativa.

Temos tido grandes dificuldades. Muito nos ajudaram a Fundação Gulbenkian e a Federação dos Grémios da Lavoura de

Entre Douro-e-Minho, a quem nos confessamos muito agradecidos.

Que através dos Serviços da Secretaria de Estado nos sejam dados os meios necessários para que vinguem e frutifiquem tão úteis organizações e que os seus frutos se possam espalhar a outras Regiões desta Província.

Permito-me solicitar isto a V. Ex.^a, na certeza de que serei ouvido, porque ouvidas deverão ser sempre por V. Ex.^a as questões e os problemas de alto interesse regional.

Termino, Senhor Secretário de Estado, uma vez mais com uma palavra de fé.

De Fé nos destinos desta Pátria de Camões, de Fé nos destinos da nossa Agricultura, de Fé, por fim, na orientação segura de V. Ex.^a ao léme da Nau da Lavoura Nacional.

meios, perante a tarefa a que nos propunhamos e a responsabilidade a ela inerente.

Tão-pouco nos estimularia a glória de termos aberto um caminho novo ao pensarmos que ele é de há muito conhecido e seguido noutros países, apenas sendo quase novidade entre nós.

Cedo ainda para prever resultados, auscultar reacções e sentir até que ponto o método atinge os objectivos em vista, foi-me proposta a tarefa de falar da assistência técnica e da Gestão à luz do caso Minhoto.

O técnico do campo encontra no Minho perante a assistência, um panorama agrícola de difícil solução. É de todos conhecido o meio e as limitações em que a actividade agrícola se exerce e fastidioso seria descrevê-lo ou enumerá-las.

Encontrámo-nos perante pequenas empresas fazendo uma agricultura não raro de ruína que neste momento tentam esboçar uma evolução, forçadas por pressões exteriores inexoráveis e persistentes.

Limitando-nos ao meio que nos cerca e que profundamente nos toca por dever de ofício e amor à terra, sentimos dia a dia como lavradores e como técnicos as contrariedades e amarguras oriundas dos primeiros passos dessa evolução que se anuncia por um cortejo de dificuldades que urge enfrentar e que exigirão do homem da terra, do proprietário, do caseiro, do lavrador em suma, sacrificios e renúncias, modificações e desapego a fórmulas, desencantos e tragédias que ficarão bem gravadas na história da lavoura milenária da Região.

E, perante o problema e a incerteza da solução o técnico da assistência, agricultor por sentimento e por dever, preso à profissão pelo mesmo fatalismo que amarra o lavrador à terra, sente em si um redobrar de responsabilidade e corajosamente, sem meios — e às vezes, sabe Deus como — tem que enfrentar a situação.

Conselheiro por dever de ofício, perplexo perante as dificuldades de que não tem culpa, conclui intimamente, não raro sem o confessar, que velhos caminhos conduzem a soluções, muito boas há anos atrás, mas hoje inadaptadas às necessidades do presente.

Sente que as condições exteriores, a evolução social do meio o transformaram, mau grado seu, de conselheiro técnico de culturas em conselheiro económico de empresários que aspiram justamente a uma vida melhor.

Perante si, como técnico, ocupam o lugar do milho, do trigo, do pomar ou da vinha, empresários, proprietários, caseiros todos participantes duma actividade justificadamente insatisfeita, que aspiram a viver como homens iguais aos das outras actividades.

As facilidades de transporte, os meios de informação de toda a ordem, a emigração, levaram aos recantos mais escondidos do Minho o contraste da vida dura, pobre e humilde do lavrador e da situação desafogada, relativamente cheia de regalias, dos obreiros doutros sectores da actividade no país e no estrangeiro.

Quando procuram o técnico no entanto, fazem-no com uma esperança desconfiada vendo com os olhos da velha agricultura as soluções drásticas da agricultura nova, que dessa forma não podem compreender.

Acusam então tudo e todos, apodam os técnicos, mesmo os conservadores, de visionários, cegos pelo infortúnio de serem lavradores duma região ridente e fértil e, ao sentirem que nada se pode modificar de momento, perguntam que sacrilégio cometeram para tão dura expiação.

E se nesta altura surgem fal os profetas que apresentam soluções miraculosas, fazendo o milagre da transfiguração da agricultura sem dores e sem canseiras, por vezes por motivos inconfessáveis, logo são seguidos como divindades...

E perante o técnico incrédulo do milagre continuam a surgir lavradores conscientes que reclamam já não os métodos a seguir para obter belos milharais, ubérrimos prados ou prometedores vinhedos, mas remédio que os levem a atingir um nível de vida que desejam semelhante ao obtido noutras actividades económicas com menos trabalho.

Vários tipos de homens da terra se lhe deparam: proprietários falando de justiça para a retribuição duma terra cara, reclamando preços de produtos; caseiros, manietados pelas dificuldades de uma agricultura quase bíblica de subsistência, com pouca formação técnica e vontade;

sem recursos e sem crédito; lavradores de conta própria, que se consideram ricos por terem terra mas que não passam de empresários efectivos de empresas... «exódicas», sempre deficitárias não raro vergadas ao peso da usura; empresários patronais com outras fontes de rendimento que embora vivendo na terra, têm actividade agrícola por espirito de aventura, de prestígio ou de honra de família; empresários que têm as explorações de conta própria por não arranjam quem as grangeie, mas querendo viver na vila ou na cidade e um ou outro agricultor consciente, tènicamente culto e trabalhando directamente na terra que receia, por incertezas de mercado, a que especulações se dedicar...

E todos, sem excepção, reclamam soluções para a «sua» agricultura: para a «exódica» a da subsistência; para a de prestígio, a da ruína; para a «homérica» a de honra da família; para a de aventura, a de homens ricos; para a... «aristofânica» a que há-de garantir doce vida na cidade, e para a agricultura consciente, a da incerteza de mercados.

E este grupo tão heterogéneo, substituiu em poucos anos aos olhos do técnico as verdes culturas e os belos folclóricos gados que tornaram a espinhosa missão de hoje do agrónomo de campo, encantadora há anos atrás.

Precipitadamente, para atender a tão rápida e espantosa modificação, surge perante o técnico a necessidade de deixar de ser o agrónomo João Semana, conselheiro por prestígio e posição, para ser o técnico mais humano e mais profundo que não esquecendo a nova máquina, a melhor semente, o herbicida mais indicado, tem de pôr acima de tudo a rentabilidade do que aconselha, a consequência nos custos da modificação que deseja imprimir ou da organização que pretende fomentar, observando, friamente, à luz de fichas e de índices económicos que visam acima de tudo o homem e o seu nível de vida. Tem, em suma, de ser um conselheiro de gestão.

Embora à primeira vista tudo pareça simples a dificuldade cresceu assustadora e implacável em que o meio biológico se avalia por números, não de quilogramas obtidos de qualquer forma, mas por escu-

dos de rendimento. Não pode esquecer que a economia era um factor a considerar na assistência, para passar a ser o objectivo final da sua acção.

Agora, mais do que nunca se aplica ao técnico do campo a frase de «ter de saber um pouco de tudo e tudo de qualquer coisa»...

Por necessidade de adaptação às novas circunstâncias em que a agricultura se vai praticando, provenientes dos reflexos duma evolução irreversível torna-se preciso um novo tipo de assistência que seja capaz de corresponder, firme e conscientemente, às necessidades de momento e às do futuro.

É evidente que não se atinge o objectivo económico da empresa considerada no aspecto global, pela assistência à cultura, pelo campo experimental, pelo insecticida mais eficiente, pela melhor máquina ou pela construção mais higiénica.

E, tão imbuidos estamos desse sistema que serve para o demonstrar o exemplo típico das actividades consideradas isoladamente como a pecuária e outras especulações, que até a legislação portuguesa sobre assistência em parte a separa também...

À luz do moderno conceito de eficiência da empresa agrícola como conceber a assistência por culturas sem encerrar o equilibrio das especulações, dos factores de produção, das disponibilidades de mão-de-obra, dos mercados, dos preços?

O lavrador, no seu íntimo, tem também a consciência do que vimos afirmando pela diferente receptividade em relação a diversos conselheiros que o procuram.

E eu atrevo-me a pensar que o poder de persuasão, tão louvado nalguns técnicos da assistência, reside sobretudo na objectividade do conselho, considerado pelo interesse económico que o lavrador sente nele existir. O poder de persuasão reside mais no valor do conselho em si do que na qualidade do conselheiro.

Para o técnico, é honra confessá-lo, a análise da exploração, o seu estudo anatómico, a influência dos factores em jogo, são uma grande lição que me leva a pensar que certos especialistas que não tenham em si um abstracto completo são muitas vezes pouco úteis.

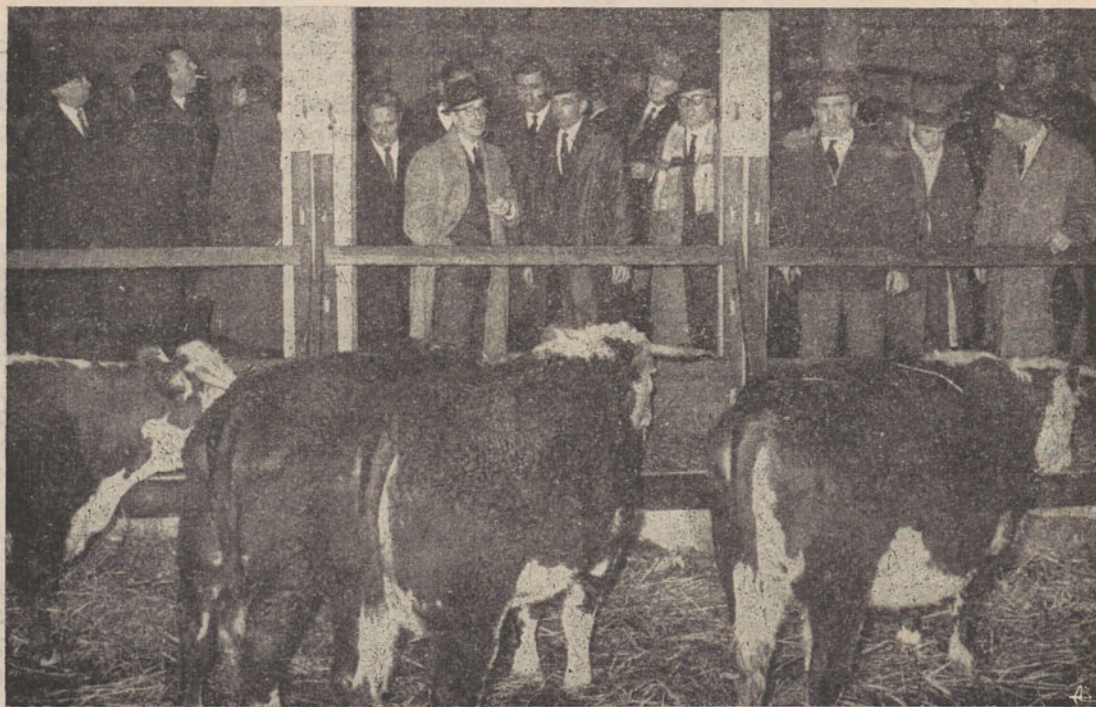
E posso ainda afirmar pelo que já se observou que a formação técnica do pessoal de nível secundário que trabalha em gestão é em pouco tempo algo de notável, criando-lhe por assim dizer uma espécie de humanismo agrário.

A instalação de explorações piloto, com contabilidades publicadas, tem neste sentido um valor inestimável para o técnico que faz investigação económica e prova do que é capaz, e para o lavrador, pelos elementos de gestão que dela pode obter.

V. Ex.^a me ouvesse permitido vir aqui dizer simplesmente aquilo que penso e não aquilo que na realidade sinto.

Confesso, por isso, que não julgo a gestão panaceia que vai resolver o problema agrícola do Minho.

Em região de policultura intensiva, consequência dum sobrepovoamento e duma típica agricultura de subsistência, os problemas de Base e de educação geral e técnica do lavrador, a falta de dinheiro e crédito conveniente, o valor elevado da terra e a desorganização do mercado, quer



Aspecto da visita ao curral do Posto Agrário de Braga

É por tudo isto que defendemos a assistência por gestão. Os métodos empíricos de análise de médico de aldeia de outros tempos, observando o doente pelos sintomas externos da medicina dessas eras, levam forçosamente o conselheiro agrícola à estigmatizada receita do N do P e do K...

Os tempos mudaram e já «nem a meia bola e força» pode salvar-lhe a situação...

De mal ficaria à minha consciência que

de compra, quer de venda, são factores sérios em demasia para permitirem um fácil e real progresso.

Mas na medida em que a gestão traga ao lavrador a consciência do lugar que ocupa e lhe mostre bem aberta a ferida onde lhe doi, detectando os pontos fracos, cremos estar a realizar um trabalho sério e em profundidade, que há-de necessariamente dar os seus frutos.

Preparará o meio para aceitar altera-

ções, rever os métodos de trabalho e reparar soluções que doutra forma não poderiam ser facilmente aceites.

E acreditamos sinceramente que dela advirá uma agricultura nova, um novo tipo de agricultor, semelhantes aliás a alguns dos presentes nesta sala, aderentes ao Centro de Gestão de Braga, que se estão a afirmar conscientemente esclarecidos, voluntariosamente dinâmicos, muito mais receptivos e sobretudo mais decididos e eficientes.

Possamos nós técnicos, atendendo às limitações que atrás aponte e à falta de orientação sobre mercados, poder-lhe dizer o que produzir, quanto, como e para quê.

Também não é menos certo que os factores limitantes a que fiz referência são, também em parte, mais consequência que causa do estado de coisas em que vivemos e dependem da falta de mentalidade do agricultor que, cioso da autodeterminação, clama no entanto caber ao Estado resolver todos os seus problemas.

Todavia enquanto os homens discutem ou regulam as modificações de estrutura; enquanto se organiza o crédito, se processa a mecanização ou se disciplinam os mercados a velha agricultura terá de se aguentar melhor ou pior.

E os técnicos da assistência continuarão a tê-la como objectivo e como obrigação e, embora pensem que seria mais fácil trabalhar com uma agricultura jovem moldada em ideias novas, terão de se colocar na terra e enfrentar as realidades do presente.

Ainda neste caso a Gestão nos traz precioso auxílio, como aliás se pode avaliar pelos resultados deste exercício.

Em 1961 nasceu deste conjunto de circunstâncias o primeiro Centro de Gestão do Minho. Tratava-se dum centro de características puramente experimentais.

Houve que vencer grandes dificuldades e sem o decidido apoio da Repartição de Estudos Económicos que irmanada nos nossos anseios tomou a seu cargo a orientação do centro e a elaboração das contas, seria talvez impossível levar a boim termo o empreendimento.

A Fundação Calouste Gulbenkian e a

Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro-e-Minho prestaram-nos preciosa colaboração, mórmente em aspectos financeiros que muito contribuíram para ser possível continuar os trabalhos a que nos votamos.

Publicamente e em diversas circunstâncias manifestamos a nossa gratidão a estas Organizações e gostosamente lha voltamos a afirmar, pela compreensão, incentivo e decidido apoio que sempre nos tem prestado.

Temos hoje outro centro de gestão montado, o da Ribeira Lima e contamos já na I Região com 120 explorações com contabilidades controladas.

Existe uma exploração piloto para obtenção de elementos de carácter económico e temos esperança de podermos vir a caminhar para mais além sem se abandonarem os trabalhos de rotina. Tudo isto foi possível com poucos meios mas com a dedicação sem limites de todos os técnicos que comigo colaboram no Posto Agrário de Braga, sendo justo destacar entre eles o meu colega Limpo Trigueiros.

Senhor Secretário de Estado da
Agricultura

Senhor Director-Geral dos Serviços
Agrícolas

A presença de V. Ex.^{as} nesta sessão, a que atrás chamei a primeira reunião de Gestão da empresa agrícola do Minho, é para nós motivo da maior satisfação e do mais profundo reconhecimento.

Em nome de todos os técnicos que comigo colaboram e no meu próprio renovo os agradecimentos pela presença de V. Ex.^{as} a esta reunião que coincide com a primeira visita de V. Ex.^a Senhor Secretário de Estado, honra que sentimos profundamente, que nos envaidece e que ninguém já é capaz de nos tirar.

Afirmo a V. Ex.^a que ela servirá aos técnicos que comigo trabalham, a mim próprio, de estímulo e fonte de fé para a luta no apostolado agrário a que apaixonadamente todos nos votamos.

E ainda, permita-me V. Ex.^a dar-me à ousadia de expor o grande anseio do Posto Agrário de Braga em matéria de

assistência: lhe serem dados meios para continuar em Braga o que já se iniciou, e mais, que a título, muito embora meramente experimental, lhe seja permitido ampliar os serviços de assistência em bases de Gestão.

Desejariamos cobrir a I Região com Centros de Gestão e estruturar todo o serviço tendente a esta finalidade.

Só dessa forma se poderá avaliar a eficácia do método que esperamos — ou melhor temos a certeza — virá a prestigiar a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e contribuir de algum modo para acelerar a evolução agrícola do Minho.

Para se conseguir este objectivo seria modificada a estrutura dos Serviços nesta Região, criando uma secção de economia que, com a possível ajuda da Repartição de Estudos Económicos, se encarregará de proceder, em Braga, aos apuramentos e orientar toda a investigação económica já iniciada.

Avançaríamos da análise de grupo que hoje fazemos para métodos mais ambiciosos, conscientes de que dessa forma damos um passo em frente.

Aproveitando a rara oportunidade de ver na minha Região e em actividade dos meus serviços reunidos com V. Ex.^{as} Senhor Secretário de Estado e Senhor Director-Geral dos Serviços Agrícolas e os seus mais directos colaboradores, depomos perante V. Ex.^{as} o mais vivo desejo do Posto Agrário de Braga pedindo que aceitem como certo que dessa forma

os técnicos deste Organismo desejam sinceramente servir a lavoura da Região e acima de tudo prestigiar a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas de que se honram de fazer parte.

Abusando da paciência de V. Ex.^{as} eu não posso deixar de me dirigir ao Senhor Presidente do Centro da Gestão para lhe deixar uma palavra de gratidão, extensiva a todos os aderentes do Centro, pela confiança, compreensão e interesse que lhes tem merecido a actuação dos técnicos do Posto Agrário de Braga.

A vida do campo, com saudade o digo, não é nem voltará a ser aquilo que já foi. A tranquilidade do passado em que floresceram as virtudes tradicionais da Região, ainda hoje vivas na memória da Gente, a alegria sã, os descantes — a sementeira era uma festa, a colheita era outra — a vida calma do agrónomo do campo, foi substituída pela incerteza, pela angústia, pela luta, pela ânsia do lucro ou da hegemonia, pela análise económica, pelos índices de Gestão...

Sacrifícios e renúncias sem conta para o lavrador e para o técnico...

Mas confiamos em Deus em dias melhores e se do sacrifício de hoje e de amanhã de todos nós, provier um dia uma agricultura próspera que se traduza num progresso social e espiritual do homem que cultiva a terra do Minho, dêmos por bem empregues todos estes sacrifícios.



Discurso do Sr. Secretário de Estado da Agricultura

Não é por simples cortesia que a minha primeira deslocação oficial se realiza ao Norte do País, mas porque essa preferência pela região minhota está subordinada a razões que pesam no meu espirito.

Primeiramente, porque tendo até agora mantido contactos mais frequentes com a lavoura do Sul e do centro, impunha-se-me fortalecer as relações com as restantes, em recuperação a que o cargo obriga e o coração aceita, de modo a integrá-la, com equidade, no plano de acção a desenvolver para a agricultura, no conjunto das regiões do País, ainda que naturalmente diferenciadas, evolua e progrida como um todo indivisível para a posição que se pretende e a que tem jus, adentro da economia nacional.

Seguidamente, por encontrar, no sector das nossas preocupações, hoje aqui, em foco, a gestão da empresa agrícola, via de incontestável interesse na apreciação da viabilidade económica das práticas e normas seguidas pelos agricultores, sobretudo agora, que vivemos uma hora de crise e em que se impõe traçar directrizes para futuro mais prometedor.

Já tive ensejo de manifestar e defender o conceito de que o bem-estar económico-social da agricultura terá de ser conquistado na base do progresso técnico e numa justa retribuição dos seus resultados entre quantos para ele venham a contribuir.

Estes dois princípios, quer isoladamente, quer no seu conjunto, mas, também, na consideração das relações que a agricultura mantém com outros ramos da economia, com as necessidades do abastecimento público e com uma presença satisfatória em mercados externos comunicam ao progresso técnico uma comple-

xidade que tem de ser apreciada em todas as suas incidências.

Bastará afirmar que a evolução de um sector pode ser causa de perturbação de outros para nos convenceremos de que não se compadece com decisões precipitadas, sem dominio do processo transformador em curso ou do que venha a julgar-se de realização conveniente.

No entanto, é notório que tem de operar-se uma evolução da agricultura de abastecimento para uma de feição de mercado, de natureza competitiva, por determinantes de uma presença internacional e na satisfação de direitos da própria agricultura, mas é, também, evidente que tem de ser prudente, sem ser tímida, rápida mas na medida em que se revele segura, especializada no grau em que a técnica e os valores humanos o permitam, tudo conjugado para se atingirem objectivos mais proveitosos.

Como base essencial e imprescindível da melhoria da nossa agricultura, aponta-se o cabal aproveitamento das condições naturais do meio físico e dos processos de uma correcção económica da sua utilização, em que não pode dispensar-se a posição criadora das explorações privadas, no respeito pelos direitos e deveres que lhes cabem. Quanto à Secretaria de Estado da Agricultura, ao orientar e estimular progresso técnico terá de exercê-lo no sentido do aperfeiçoamento de práticas e grangeios das culturas que se encontrem bem ajustadas à capacidade de uso dos solos, às nossas condições climatéricas e que proporcionem resposta favorável às exigências do abastecimento dos mercados, devendo procurar-se substituir gradualmente as que se não encontram nestas condições, porque só assim será possível alcançar rentabilidade que,

por sua vez, é uma das bases indispensáveis da melhoria das condições sociais da população rural.

Se o povo diz com acerto «cada roca com seu fuso, cada terra com seu uso», também o lavrador reconhece que cada região tem as suas culturas, pois que, sendo um operário que trabalha em fábrica a céu aberto, nem todas as plantas e animais, na diversidade das suas exigências, resistência ao meio e possibilidades nos mercados, lhe podem facultar o mesmo grau de rentabilidade.

Haverá, assim, de aperfeiçoar e de orientar as actividades agrícolas em ajuste à qualidade e quantidade das produções, obtê-las ao mais baixo custo, como condição de êxito nos mercados internacionais e de valorização da indústria nacional. Mas importa reconhecer que a produção ao mais baixo custo implica controle da rentabilidade de todos os actos parcelares do processo criador e, deste modo, teremos de apoiar-nos na gestão das empresas, demais com a vantagem do estudo pormenorizado e comparativo do rendimento ser efectuado pelos próprios lavradores.

Não vou alongar-me em considerações sobre o valor da gestão, quando os técnicos especializados nesta matéria já as fizeram com a sua competência e desejo de bem servir, e quando, por outro lado, se verifica, com agrado, como um grupo de lavradores, de espírito aberto, a aceitam em movimento conducente ao progresso da sua exploração.

Pretendo apenas, com a minha presença, exprimir o apoio à gestão, como via de aperfeiçoamento da acção técnica que temos de realizar. Se atendermos a que este é o primeiro curso de gestão dos Serviços oficiais, pretendo, ainda, reconhecer a conveniência de ela se estender a outras regiões do País, em

ajuste aos seus problemas específicos, mas em universalidade de propósitos. Pretendo, finalmente, embora numa limitação a escassos minutos, participar no agradável e salutar convívio que técnicos e lavradores aqui mantêm, em mútua compreensão dos benefícios que dela podem advir para o prestígio de uns, melhoria económica de outros e satisfação de todos, por estarem a contribuir para o merecido progresso da agricultura.

Numa época tão influenciada pela supremacia dos êxitos materiais em detrimento dos do espírito, em que a notícia de atitudes individualistas se sobreleva às de feição altruista, do que pode resultar falsear-se a verdadeira mentalidade de uma geração, demais, perigosamente, quando o mecanismo da evolução é causa de perda de posição para uns e de melhoria para outros, torna-se indispensável avivar o espírito de justiça, a compreensão pelos problemas alheios e o sentido de cooperação para que seja possível resolver, com proficiência, tal inconveniente.

Ora a gestão não sintetiza somente um conjunto de normas tendentes a medir resultados financeiros de qualquer operação técnica, visto que se desenvolve através de estreita colaboração entre técnicos e agricultores, o que, por si só, é condição fundamental da melhoria de nível de vida das populações rurais.

A escolha da cidade de Braga, terra vinculada a tantas e tão eloquentes demonstrações de espírito cristão, ao qual se liga, com justeza, esse ideal de cooperação que nós buscamos, foi, por isso, muito acertada para o funcionamento do primeiro curso de gestão da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, e grata, assim, também a minha deslocação para vos manifestar a minha adesão a este movimento e formular sinceros votos pelo seu melhor êxito e expansão.

AINDA AS "JORNADAS VITIVINÍCOLAS"

(Conclusão do n.º 2485, pág. 928)

CONFORME foi anunciado no nosso número de Dezembro último, a seguir damos um extracto do Relatório Geral dos trabalhos das «Jornadas Vitivinícolas», no qual se procurará sintetizar as informações e ideias que nos parecem mais importantes.

O seu relator começa por fazer pertinentes considerações sobre a oportuna e feliz iniciativa da Junta Nacional do Vinho, dizendo:

«Já foi referido na sessão de abertura o interesse que despertaram as «Jornadas Vitivinícolas», em face do número de participantes e dos trabalhos reunidos. Pois pode-se agora dizer que a qualidade desses mesmos trabalhos, e o alto nível em que decorreram as discussões foram também muito além das melhores expectativas. E o mesmo se pode afirmar das manifestações complementares do programa».

E mais adiante:

«Pode-se afirmar que o Presidente da Junta Nacional do Vinho, ao tomar pessoalmente a iniciativa de promover as Jornadas Vitivinícolas, teve uma esperança que alicerçou em duas certezas.

Esperança, foi a de obter, a pretexto da comemoração do aniversário dos 25 anos de vida de um Organismo do Vinho, uma panorâmica actual de todos os problemas que respeitam à nossa vitivinicultura, e que possa para uma acção remocada, ter aplicação no porvir.

Certezas eram o conhecimento de que a nossa política económica do vinho pre-

cisa de ser revista e de que as gentes ligadas a este produto — lavoura, comércio, técnicos — quando uma palavra firme e uma voz convincente os chama a colaborar, nunca regateiam tal colaboração».

E, dando uma ideia geral de qual a orientação seguida para a apresentação dos trabalhos refere o relator:

«Não se pode — nem isso se pretendia — apresentar conclusões formais sobre temas determinados. Pode-se só — e já é muito — em alguns casos, apresentar uma linha geral que defina o pensamento e traduza os anseios de todos os participantes, e que melhor sirva os interesses da nossa vitivinicultura.

Após estas considerações, o Eng. Virgílio Dantas entra, prôpriamente, no relato do que foram os trabalhos das sessões das Jornadas, o qual é um excelente ponto de partida para um estudo sério da política do vinho português, como se refere na seguinte passagem do mesmo:

«Impõe-se, desde já, proceder a uma cuidadosa revisão da actual política do vinho português, no sentido de a afeiçoarmos às novas tendências. A tarefa não será, por certo fácil, pois terá necessariamente de se repartir pelo exame atento dos aspectos de carácter essencialmente técnico, económico, ou legislativo, estreitamente ligados a uma reestruturação da organização ao serviço da causa do vinho.

E, desta revisão, talvez possa, pela primeira vez entre nós, surgir o Estatuto ou Código do Vinho Português, em que



Integrada nas jornadas efectuou-se uma «prova» dos vinhos premiados no III Concurso dos Vinhos Engarrafados. Foi uma manifestação brilhante cujo pleno sucesso está acima dos maiores elogios

se condensem os princípios gerais de orientação, relativamente estáveis, e que poderão ser completados por legislação avulsa em questões de pormenor».

Reconhecida a conveniência de se enveredar pela produção de vinhos regionais

No que respeita à produção foram apresentadas algumas comunicações mostrando a evolução do movimento cooperativo na viticultura e o apoio que vem sendo para o efeito prestado, quer pela Junta de Colonização, e F. F. E., quer pelos diferentes organismos do vinho.

Foi analisado em pormenor o método usado na elaboração do cadastro vitícola da região do Douro, de grande interesse para o conhecimento das propriedades e dos vinhos respectivos, pelo que se sente

a necessidade de estender este trabalho a todo o País.

Das comunicações apresentadas ressaltou a indispensabilidade do estabelecimento de uma política do vinho, tanto quanto possível conjugada no sentido de harmonizar os interesses das várias regiões, sendo, todavia, reconhecida a conveniência de caminhar no sentido da produção de vinhos de tipo regional e, portanto, da criação de novas regiões de características definidas, susceptíveis de produzir vinhos típicos, tudo em defesa da qualidade para evitar o abastardamento do gosto do consumidor.

Aliás, a qualidade dos vinhos de mesa que se bebem em Portugal tem, melhorado muito, mercê da prolífica intervenção dos serviços oficiais e dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica ligados à causa do

vinho, verificando-se, porém, que o consumo não tem acompanhado essa melhoria de qualidade, o que demonstra a necessidade de o problema do vinho ser cuidadosamente revisto nos seus diferentes aspectos técnico-económicos, desde a produção ao comércio, de modo a que esta higiénica bebida seja mais procurada e obtida a preço mais acessível.

É indispensável reservar uma Organização especial para o Vinho do Porto (e Madeira)

Foi também reconhecida a indispensabilidade de uma organização especial para o Vinho do Porto (e Madeira), embora sem prejuízo de uma fórmula que permita a realização de uma política coordenada em relação aos problemas de interesse geral.

Foi, finalmente, reconhecido ser indispensável a existência de um órgão coordenador de toda a política económica do vinho português, de carácter colegial, e em que estejam representados de maneira conveniente os vários interesses.

Importa prever nas novas plantações o problema da motoviticultura

O interesse e os problemas relativos à motoviticultura foram também desenvolvidamente tratados, tendo ficado bem evidenciado que se impõe nas novas plantações prever desde já a aplicação do sistema.

O condicionamento do plantio, olhado pelos lados quantitativo e técnico-económico, mereceu atenção especial observando-se as suas causas determinantes e a sua evolução, e concluindo-se pela necessidade de o manter.

Aperfeiçoe-se a técnica do fabrico do vinho, tornando-o ao mesmo tempo mais económico

No sector da enologia o conjunto de trabalhos apresentados teve sempre uma característica comum; o aperfeiçoamento técnico do fabrico do vinho, procurando-se ao mesmo tempo torná-lo mais económico.

Todas as comunicações apresentadas têm um carácter essencialmente prático e de aplicação imediata.

Preconizado o incremento da cultura racional de uvas de mesa

Preconizou-se o incremento da cultura racional de uvas de mesa com castas que melhor sirvam as exigências dos mercados, a par de uma maior propaganda do seu consumo.

Para os mercados externos aconselha-se o incremento de «castas precoces», nomeadamente no Algarve, e o estudo dos melhores processos de embalagem e o uso da cadeia de frio a fim de substituir a serradura, como material embalante, que aqueles mercados rejeitam.

Chamou-se a atenção para os trabalhos de melhoramento levados a efeito pelos Serviços e que se encontram em



Os motocultivadores mostraram as largas possibilidades da sua aplicação na cultura da vinha. Um motocultivador de 12 Hp com char-rua trifólia efectuando uma cava

fase adiantada com a instalação de pequenos campos de ensaio.

Para o mercado interno e para uma maior propaganda do consumo de uvas, sugeriu-se a criação de «Estâncias Uvais», à semelhança do que se passa noutros países.

Através das comunicações apresentadas para a Secção de Derivados e Subprodutos, pode afirmar-se, ter ficado bem patente que um aproveitamento de subprodutos devidamente realizado em grande escala, é susceptível de conduzir a rendimento e valores muito superiores àqueles presentemente já obtidos, o que constitui factor de certo interesse para uma política de redução de preços de custo do vinho.

Não devem ser condicionadas a divisões de carácter exclusivamente administrativo as delimitações das regiões vinícolas

Foram também apresentados interessantes trabalhos versando o problema dos vinhos regionais, onde se mostra o interesse de definir mais regiões vinícolas e defender a qualidade dos seus vinhos, sendo fornecidas importantes notas para a sua delimitação, problema que se reco-

Deve procurar-se resolver o problema das presentes dificuldades no escoamento para o Ultramar

No capítulo do comércio externo, os assuntos foram especialmente debatidos através duma Comunicação do Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos onde se salienta que nos últimos 30 anos a exportação dos vinhos portugueses para o Ultramar sextuplicou, enquanto



Para fecho das jornadas realizou-se ainda uma demonstração de material de cultura e pulverização. Um tractor equipado de pulverizador em plena demonstração

nheceu oferecer sérias dificuldades mas que urge, todavia, solucionar.

Também sobre o comércio interno foram apresentadas comunicações de valor, ressaltando destes trabalhos a necessidade da perfeita distinção entre os vinhos engarrafados correntes e os vinhos engarrafados de qualidade. Preconizou-se a abertura de estabelecimentos — tipo de carácter regional, nos grandes centros urbanos e intensificação da política da qualidade para evitar o abastardamento do gosto do consumidor.

que para os mercados estrangeiros não se verifica proporção acentuada em relação ao nível de há três décadas.

Ressaltaram-se, entretanto, as perspectivas imediatas que se abrem aos nossos vinhos nos mercados estrangeiros e as dificuldades que presentemente se levantam ao escoamento para o Ultramar Português, tais como os gravíssimos problemas da transferência de fundos da província de Angola, da carestia de fretes, do incremento do fabrico das bebidas indígenas, dos recentes impostos de con-

sumo em Angola e Moçambique e outros obstáculos de difícil superação.

Reconheceu-se, ainda, a vantagem de se orientar a exportação na medida do possível, para os vinhos regionais, e do que alguns têm grandes possibilidades em certos mercados.

Sugerida a criação da Festa Nacional do Vinho, de um Museu e uma garrafeira Nacional

Foi ainda reconhecido, nas relações do vinho com o turismo, que este é um elemento importante para a expansão dos



Na Sessão de Encerramento o relator geral, Eng. Virgílio Dantas, lê as conclusões das jornadas

nossos vinhos, referindo-se a conveniência da criação de festas de vendas de vinhos nas fronteiras.

Ainda como meio de reputado alcance para a valorização e divulgação do vinho português, foi considerada a organização da Festa Nacional do Vinho, o estabelecimento de um Museu e a criação de uma Garrafeira Nacional.

..

Através deste relatório fica-nos patente a ideia de que no espírito de todos os participantes das «Jornadas» se notou

sempre a ânsia de dar aos nossos vinhos o prestígio de que carecem, para uma maior valorização, não restando também dúvidas sobre a importância e amplitude dos problemas debatidos.

Referindo-se à integração económica europeia, o relator disse :

Toda a gente vai agora, de facto, acreditando no desenvolvimento da integração económica europeia e nos efeitos que este movimento não deixará de trazer ao País, quer nos conservemos afastados ou venhamos a pertencer à Comu-

nidade, em qualquer das modalidades previstas. Convém, por outro lado, alinharmos no esforço de trazer para o vinho novas camadas de consumidores, numa acção comum e persistente de propaganda, para a defesa dos países vinícolas tradicionais.

A linha de rumo preconizada no decurso das «Jornadas» enquadra-se em tudo perfeitamente nesta orientação.

E finalizando, o sr. Engenheiro Virgílio Dantas acrescentou :

A tarefa que nos espera, em toda a sua plenitude, é grande, mas os «jornadistas», com a mentalidade nova que os anima — e estou certo de assim traduzir o pensamento de todos — só pedem que a marcha iniciada não pare.

Tal como nós, hoje, nos revemos, orgulhosos, no passado, também queremos garantir o presente e, confiantes, preparar o futuro, e estamos certos de que agora não falta nem o melhor ambiente nem as necessárias fontes de estudo para esse ingente trabalho — e isto foi o milagre das «Jornadas».

JARDINS DE PORTUGAL

Pelo CONDE D'AURORA

NUM dos últimos Mirantes tratamos, ao de leve embora, do tema Jardins.

Acaba de publicar-se um interessante opúsculo sobre o mesmo assunto, e respeitante aos de Portugal, por intermédio do Ministério das Obras Públicas—à notável acção de cujo titular, o Engenheiro Arantes de Oliveira, nunca são demais os elogios que se lhe façam.

Com o referido trabalho se anuncia o primeiro volume da obra, esperamos o seguinte colmate algumas faltas deste primeiro.

Referindo-se à edénica região da Ribeira Lima, cita os jardins da Senhora da Peneda, da Villa Moraes (Ponte do Lima) e do Paço de Lanchezes—de somenos valia, mas omite os mais belos daquela edénica região de Portugal, nomeadamente o notável jardim séc. XVIII da Casa do Paço do Vitorino, com sua figuração de granito das cinco partes do Mundo—topejado pelo vasto tanque e suas bancadas e monumental nicho de Nossa Senhora: e certo jardim romântico, de largas volutas arabescadas, seu fundo de pequenino bosque de japo-

neiras gigantes, seu imperial pinus brasiliensis a centralizar os arruados...

Mas é um levíssimo senão, ao lado da riqueza de informação sobre tanto valioso elemento dessa desconhecida e enorme riqueza de Portugal, da arte menor de jardinagem.

Obra benemérita, esta publicação, profusamente ilustrada e semeada avonde de plantas topográficas—e até de magnífico desenho do labirinto da Prelada.

Ousariamos lembrar um índice final didáctico e onomástico.

E aguardemos, ansiosos, o 2.º volume, e as descrições desses sumptuosos jardins lisboanos dos velhos solares a desaparecer da Capital—e a indicação das preciosas espécies dos pequeninos pulmões que tanto arejam aquela mais linda cidade do Mundo, como o de Santos e o da velha Patriarcal Queimada... (E não esqueçamos esse abandonado e esquecido Jardim Botânico em pleno centro de Lisboa com seus misteriosos recantos de profundidade e beleza dos mares do Sul...).

Campeonato Mundial de Ornitologia

O criador-amador portuense sr. Alexandre Brandão, obteve no último Concurso Mundial de Ornitologia, recentemente realizado em Toulouse, um honroso 2.º lugar (equipas de 4 aves adultas de criação própria).

Por ser a primeira vez que um amador do nosso País consegue classificar-se nos lugares de honra de tão difícil modalidade, não quis a *Gazeta das Aldeias*

deixar de o arquivar nas suas colunas, congratulando-se com o facto, tanto mais difícil, quanto é certo que ao mesmo concorreram criadores da Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha e Portugal.

Certos estamos de que esta simples nota, embora pequena mas inteiramente justa, não deixará de suscitar o maior interesse no nosso País e sobretudo entre os criadores amadores desta especialidade.

Cooperação agrícola realmente efectiva

Por
ROB MANFIELD

DA última vez que estive na Nova Zelândia, um dos seus maiores técnicos agrícolas disse-me:— Este país é dos mais prósperos do Mundo e deve-o apenas à agricultura. O resto da economia depende dela — gado, manjeira, queijo e frutas.

A maioria dos países da Comunidade Britânica dependem grandemente da sua produção agrícola. Os membros menos desenvolvidos confiam na agricultura para conseguirem os capitais necessários a desenvolver e diversificar as suas economias, particularmente o sector industrial.

É óbvio, pois, que a cooperação agrícola pode, na Comunidade Britânica, gerar os melhores frutos. Imagine-se então os progressos que seriam possíveis se todos os agricultores da Comunidade dispusessem da experiência, conhecimentos e capitais que lhes permitissem a eficiência característica dos da Nova Zelândia!

No panorama agrícola da Comunidade Britânica, houve sempre dois aspectos que me impressionaram. Primeiro, o facto de, com qualquer espécie de terreno cultivável ou clima, isso constituir um reservatório de experiências absolutamente incomparável: depois, o constatar que, no campo da agricultura, a Comunidade relaciona o seu esforço cooperativo muito mais estreitamente do que é hábito com o do mundo em geral. É bastante característico que a conferência internacional sobre os solos se tenha realizado na Nova Zelândia.

Em Londres efectuou-se ainda recentemente uma conferência dos principais veterinários da Comunidade, patrocinada pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação da Grã-Bretanha. O principal objectivo desta conferência era reunir os conhecimentos adquiridos pela experiência, a fim de promover um melhor entendimento entre todos os povos sobre as motivações das diversas medidas por eles tomadas com o fito de estabelecer um controle das doenças animais.

Treino, investigação e assistência

O Governo Britânico aceitou não há ainda muito tempo um convite da Organização Mundial da Saúde no sentido de que o Laboratório do Centro Veterinário do Ministério da Agricultura, situado em Weybridge (Surrey, Inglaterra) passasse a funcionar como terceiro laboratório internacional de investigação biológica (os outros dois são o Instituto Serum Statens, de Copenhague, Dinamarca, e o Instituto Nacional de Investigação Médica, de Londres).

O plano geral de cooperação agrícola pode-se talvez compreender melhor se for examinado sob três aspectos — o da investigação, do treino e do auxílio financeiro.

Os principais esforços de investigação concentram-se na Repartição Agrícola da Comunidade. Esta organização é financiada pelos países contribuintes e administrada por um conselho executivo que conta um representante de cada país.

Consiste principalmente em dois Institutos e 10 repartições espalhadas por diversas partes da Grã-Bretanha e que têm a seu cargo efectuar investigações sobre entomologia, micologia, ciência alimentar e tecnologia, técnicas florestais, helmintologia, horticultura e plantações, pastagens e técnicas de sementeira, genética, estudo dos solos, etc.. Na ilha da Trindade encontra-se instalado o Instituto de Controle Biológico da Comunidade, com estações na Índia, Paquistão, África Oriental, Suíça e Califórnia.

Serviços únicos no Mundo

O principal objectivo da organização reside em compilar toda a literatura mundial especializada em ciências agrícolas, fazendo publicar em Inglaterra tudo o que apresente interesse particular. Estes serviços são completados por dois outros: um serviço taxonómico e um serviço de informações.

Estes serviços são únicos no Mundo no seu género e, conquanto recebam auxílio financeiro da Comunidade, as suas características tendem cada vez mais para os transformar em Serviços Internacionais. Sessenta e três por cento do material recolhido nos diversos jornais da especialidade são enviados para assinantes de países estrangeiros e dois terços desses assinantes não são de língua inglesa.

Uma coisa é, porém, colher os frutos da investigação e outra descobrir o processo de lhes dar realização. No caso da Grã-Bretanha e dos territórios dependentes, este auxílio processa-se sob a forma de subsídios, empréstimos e Assistência prestada pelos Fundos de Fomento e Assistência Colonial.

Grande percentagem do dinheiro fornecido pela Grã-Bretanha aos países independentes da Comunidade Britânica tem sido absorvida pela agricultura; e o mesmo se pode dizer que acontece ao numerário conseguido no mercado de Londres ou investido pela Companhia de Financiamento da Comunidade.

Os membros mais antigos da Comunidade auxiliam os mais recentes, pondo

à disposição destes técnicos, equipamento e os conhecimentos e treino indispensáveis. A Repartição de Cooperação Técnica da Grã-Bretanha foi fundado especialmente para oferecer assistência desse tipo.

O Plano de Cooperação de Colombo

O Plano de Colombo constitui, além disso, um exemplo encorajador para os grupos de trabalho da Comunidade. O Plano engloba países estranhos à Comunidade, mas a sua estrutura e concepção originais tiveram por base a Comunidade Britânica.

Basta examinar o relatório anual do Plano de Colombo para se ter a noção da actividade que este dedica à agricultura — estudantes Malaio em escolas agrícolas da Austrália, equipamento da Nova Zelândia para o Ceilão, exportações Britânicas para o Norte de Bornéu, estudantes do Ceilão para a Índia, etc..

Ao nível individual, as associações agrícolas dos países mais antigos da Comunidade mantêm relações e contactos amistosos e, em 1963, a Real Sociedade Agrícola da Comunidade realizará na Austrália a sua conferência anual. Esta sociedade formou-se com o objectivo primordial de manter os contactos entre as Sociedades Nacionais da Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia e África, a fim de que problemas como alimentação de gados, apetrechamento agrícola e colonização interna fossem tratados em comum.

Os agricultores da Comunidade Britânica têm entre si uma verdadeira comunhão de interesses, e o presente apelo para acordos internacionais que levem em conta esses interesses revelam bem a natureza dessa comunhão. Esta constitui apenas uma das soluções apresentadas para resolver as dificuldades agrícolas dos países da Comunidade, surgidas em consequência das negociações para a entrada da Grã-Bretanha para o Mercado Comum Europeu.

A Agricultura precisa processar-se a um nível verdadeiramente mundial e a prática da cooperação, que a Comunidade necessariamente envolve, sem dúvida alguma muito contribuirá para que esse objectivo seja alcançado.

Secção Feminina

Boa mesa...

Agradável disposição

Nada melhor para dispor bem o seu marido do que apresentar-lhe pratos variados e saborosos, sem alterar a economia do lar. Para dar uma ajuda apresentamos-lhe três pratos diferentes do usual e muito acessíveis no nosso país.

Corvina assada à moda lisboeta

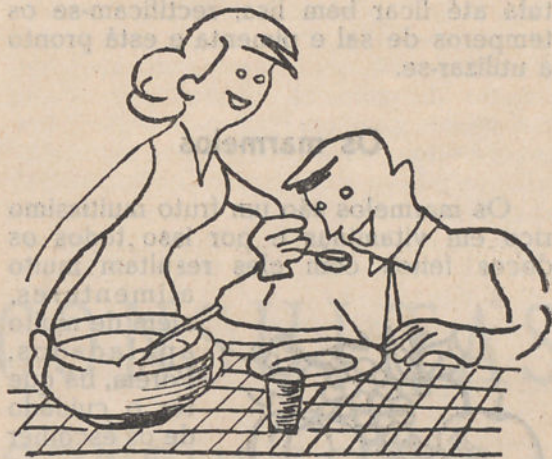
Na assadeira de pyrex, (para poder ir depois à mesa), deitam-se 40 gramas de manteiga que se derrete, põe-se no fundo 3 tomates sem peles nem sementes, cortados aos bocados, 30 gramas de cebola picada e meia colher de sopa de salsa também picada.

Põe-se por cima a corvina e sobre esta um pouco de sal e pimenta mais 3 tomates cortados às rodas, mais 40 gramas de manteiga e a mesma quantidade de cebola e de salsa que se deitou por baixo.

No fundo da assadeira mas não por cima do peixe, deitam-se 2 decilitros de vinho branco seco e põe-se no forno por um espaço de 30 a 40 minutos, regando muitas vezes com o molho. Estando cozida, retira-se e põe-se o molho que fica numa pequena caçarola e quando ferver, junta-se-lhe uma colher de chá de farinha de araruta ou de fécula. Deixa-se engrossar um pouco, tira-se do lume e junta-se mais 40 gramas de manteiga, rectificam-se os temperos, deita-se sobre a corvina e leva-se ao forno por 5 minutos para ser servida bem quente.

Sável recheado

Depois de bem lavado, vazado e limpo de escamas e com as barbatanas cortadas,



tempera-se com o sumo de um limão, 3 colheres das de sopa de azeite, dois ramos de salsa, 1 folha de louro, um pouco de pimenta e deixa-se repousar por 2 horas. Tira-se, escorre-se bem e seca-se com um pano. Enche-se depois o interior do peixe com um recheio de peixe, cuja receita damos a seguir, ata-se, cobre-se com um papel untado com azeite e assa-se no forno por 40 a 50 minutos. Serve-se com molho branco ou verde.

Recheio de peixe

Este recheio tem imensa aplicação em empadões, rissóis, pastéis de massa tenra, etc..

Prepara-se da seguinte forma: Partem-se 250 gramas de carne de qualquer peixe em pequenos bocados, tirando-se com muito cuidado as espinhas e peles. Pisa-se num almofariz com um pouco de sal e pimenta e tira-se para um prato.

Ao lado, num pequeno tacho, juntam-se 1 decilitro e meio de água, 25 gramas de manteiga fresca e um pouco de sal. Faz-se ferver por 2 a 3 minutos, deitam-se 75 gramas de farinha, voltando ao lume, mexendo sempre para não pegar. Deixa-se arrefecer, só se devendo utilizar quando fria. Deita-se esta farinha cozida no almofariz, mistura-se-lhe o puré de peixe, junta-se um ovo inteiro e mais, uma a uma, duas gemas de ovos. Tira-se a mistura do almofariz, põe-se numa pequena terrina mexendo com uma espá-

tula até ficar bem lisa, rectificam-se os temperos de sal e pimenta e está pronto a utilizar-se.

Os marmelos

Os marmelos são um fruto muitíssimo rico em vitaminas e por isso todos os doces feitos com eles resultam muito



alimentares, além de muito apaladados. Porém, há que ter o cuidado de os escolher todos mais ou menos no mesmo ponto de maturação e de lhes extrair toda a polpa rugosa que existe em volta das pevides. Uma leitora da nossa *Gazeta* perguntou-nos exactamente se havia uma forma especial de confecção para as compotas ou doces de marmelo, excluía a marmelada vulgar, pois verificava que ficavam sempre umas partes duras e desa-

gradáveis depois do doce pronto. Não, não há qualquer segredo especial. Apenas é necessário ter os cuidados que acima indicámos. Devem cozer-se em caçarola tapada nunca menos de 2 a 3 horas. Só estarão cozidos se um palito atravessar sem dificuldade a polpa de lado a lado.

Compota de marmelo

A compota de marmelo para ficar boa é fabricada do seguinte modo: Cortam-se os marmelos aos bocados, não muito grandes, tirando-se todas as partes duras, especialmente as que envolvem as pevides. Cozem-se em água simples em caçarola tapada. Estando bem cozidos, tiram-se da água e escorrem-se. Faz-se à parte um xarope com cerca de 350 gramas de açúcar por cada quilo de marmelo e 1 decilitro de água até 25 graus no pesaxaropes, deitando-se nele em quente os bocados do marmelo deixando ficar em infusão por 3 a 4 horas. Volta ao lume apenas o xarope a ferver um pouco, segundo a consistência que se pretender, deixa-se arrefecer um pouco e deita-se sobre os marmelos.



Serviço de

CONSULTAS

REDACTORES—CONSULTORES

Prof. António Manuel de Azevedo Gomes — do *Instituto S. de Agronomia*; Dr. António Maria Owen Pinheiro Torres, Advog.; Dr. António Sérgio Pessoa, Med. Veterinário—*Director da Estação de Avicultura Nacional*; Artur Benevides de Melo, Eng. Agrónomo—*Chefe dos Serviços Fitopatológicos da Estação Agraria do Porto*; Prof. Carlos Manuel Baeta Neves — do *Instituto Superior de Agronomia*; Duílio Marques, Eng. Agrónomo; Eduardo Alberto de Almeida Coquet, Publicista; Dr. José Carrilho Chaves, Medico Veterinario; Jose Madeira Pinto Lobo, Eng. Agrónomo — da *Estação Agraria de Viseu*; Mário da Cunha Ramos, Eng. Agrónomo — *Chefe do Laboratório da Estação Agraria do Porto*; Pedro Nuncio Bravo, Eng. Agrónomo—*Professor da Escola de Regentes Agricolas de Coimbra*; Valdemar Cordeiro, Eng. Agrónomo — da *Estação Agraria do Porto*; Vasco Correia Paixão, Eng. Agrónomo — *Director do Posto Central de Fomento Apicola*.

I — AGRICULTURA

N.º 27 — Assinante n.º 36788 — Carvoeiro (B. B.).

FABRICAÇÃO DE ESTRUMES

PERGUNTA — Possui aqui uma casa que tem uma fossa séptica com capacidade calculada para a mesma ser habitada por 15 pessoas.

Para essa fossa apenas foram canalizados os sanitários da casa, a fim de impedir que as águas gordurosas e as que têm sabão prejudicassem o seu funcionamento, que foram canalizadas para um tanque próximo daquela.

Agradecia que me esclarecessem sobre os pontos que seguem:

1.º — Melhor maneira de utilizar, como adubo, o líquido que sai da fossa, depois de depurado, e em que condições?

2.º — Posso regar com aquele líquido árvores de fruto, beterrabas e abóboras para porcos? Em que condições?

3.º — Pretendo construir próximo, a um nível um pouco inferior ao da fossa, uma nitreira para onde irão todos os lixos produzidos em casa, palhas, raízes, completados com matos cortados. Era bastante cómodo e fácil regar o conteúdo da nitreira com o líquido proveniente da fossa. O líquido

que escorresse da meda seria aproveitado, também por gravidade, para fertilizar um campo. Desta maneira evitava ter de estar a bombear o chorume.

a) Há algum inconveniente em proceder desta maneira?

b) A adição do líquido da fossa séptica dispensa a junção de algum estrume de animais para escorvar a fermentação da meda?

c) Neste caso haverá necessidade de juntar aos corpos que pretendem transformar em estrume, fosfatos e cianamida cálcica? Em caso afirmativo, em que quantidade?

d) O carolo das espigas e os troços do milho podem ser utilizados para fazer estrume?

e) Que tempo leva a formar o estrume?

f) Que providências devo tomar para evitar que as moscas se reproduzam na nitreira e vão infestar a casa?

g) Em que condições se pode utilizar o chorume produzido nestas condições, na nitreira?

RESPOSTA — 1.º, 2.º e 3.º O líquido proveniente da fossa séptica poderá aproveitar-se quer estreme quer diluído, quer servindo ainda para embeber matéria orgânica—resíduos agrícolas e domésticos—com vista a fermentações que levem à obtenção de estrume. A rega de culturas hortícolas, que não sejam para aproveita-

mento de produtos a ingerir no estado cru, ou de outras, depende da concentração do liquido e da época do ano. Na ocasião de grandes calores, a acção das águas, com uma riqueza microbiana grande e teor alto de elementos químicos, principalmente azote, pode ser prejudicial ás plantas.

Essa riqueza, depende, é claro, da quantidade de água que se lance para a fossa.

Para poder avaliar do poder fertilizante desse liquido posso ministrar alguns dados:

Peso médio das dejecções, por pessoa, maiores de 5 anos. (Diárias)

	Sólidas grammas	Líquidos grammas
Dejecções	133	1.200
Matéria seca	30	64
Matéria orgânica.	25,5	50
Cinzas	4,5	14

Composição média o/o

	Água	Matéria orgânica	Azote	Ácido fosfórico	Potassa	Cal
Fezes	77,2	19,8	1,1	1,10	0,25	0,62
Urina	96,3	2,4	0,6	0,17	0,20	0,02

a) a g) Não é preciso iscar a fermentação. A junção de cal azotada e fosfato Tomás, a sua susceptibilidade, depende da concentração do liquido da fossa. Pode enriquecer a meda com 1-3 por cento de cada um dos adubos referidos. O carolo devia ser desfeito, e as canas de milho pisadas ou esmagadas. O tempo usual para a preparação de estrume anda por dois, três meses. O chorume serve para regar a pilha ou fertilizar culturas. É difficil evitar a multiplicação de moscas.

VINHOS-AZEITES — Executam-se todas as análises de vinhos e seus derivados, azeites, banhas, manteigas e todos os produtos de alimentação. Venda de todo o material de análise e reagentes. Cursos de aprendizagem de análises e tratamento de vinhos. Análises de recurso e peritagens em Laboratórios Officiaes, por técnico diplomado. Dirigir ao Estabelecimento VINO-VITO, R. Cais de Santarém, 10-1.º dirt.º — L.S.B.U.A.—1 eleição r. B. X. 27130.

A aplicação de certos insecticidas com certo proveito, é dispendiosa e tem que ser insistente. — M. Ramos.

II — FRUTICULTURA

N.º 28 — Assinante n.º 45 140 — Faro.

ALINHAMENTOS DE PLANTAÇÃO

PERGUNTA — Vou efectuar a plantação de alfarrobeiras em cultura estreme, conforme sua indicação.

No referido rectângulo de terreno já existem 4 filas de alfarrobeiras postas há dois anos, mas as suas distâncias na linha e na entrelinha são de 10 metros. No desenho que junto o traçado da plantação existente está a verde. Na parte que vou plantar este ano, devo efectua-la conforme o projecto traçado a lápis, ou para manter um certo alinhamento com o que já está, devo marcar os 12 metros na direcção N. S. e os 10 na de WE? No traçado que envio marco os 10 metros na linha N. S. aproximadamente.

RESPOSTA — Nos projectos de plantação deverá ter-se em atenção, entre outros, a facilidade de cultura, ou antes a sua mecanização e a iluminação.

Pelo que se refere à mecanização devem espaçar-se as linhas, por forma a que na entrelinha passe a máquina, e dar a estas o máximo de comprimento, para se pouparem voltas, percursos mortos, por forma a embaratecer o trabalho.

Para se conseguir uma boa iluminação deverão as linhas ser orientadas na direcção Norte Sul.

Nem sempre se pode dar completa satisfação a estes dois requisitos.

No caso presente deverá seguir com a plantação existente, dando dessa forma satisfação aos dois requisitos indicados. Nunca deverão ficar desencontrados os alinhamentos do alfarrobal existente, pois dessa forma a mecanização tornar-se-ia impossivel.

Mantendo o alinhamento existente a cultura é facilitada e a iluminação também se faz em boas condições.

O ideal seria, no entanto, fazer a plantação como se indicou, mas tendo em atenção o que já está feito convém continuar com o mesmo traçado. — Madeira Lobo.

XVII — ENOLOGIA

N.º 29 — Assinante n.º 42 551 — Marco de Canaveses.

SOBRE A ACIDEZ FIXA, GRAU ALCÓOLICO REMONTAGEM E TRASFEGA DE VINHOS

PERGUNTA — Na *Gazeta das Aldeias* de 1 de Janeiro de 1963 vem um artigo de V. que diz o seguinte: «quando o grau alcoólico não for elevado, bastará fazer o seguinte:

1) Por cada 100 litros de vinho aplicar 25 a 30 gramas de ácido tartárico. Neste caso, parece-me compreender que é para reforçar a acidez fixa. Não é? Só desejava saber se no ano em que o grau alcoólico é baixo, anda sempre ligado a baixa acidez fixa, como parece que aconteceu este ano?

2) Por cada hectolitro de vinho mosto, aplicam-se 25 gramas de fosfato de amónio. Qual é o fim? Provavelmente não aumenta a graduação alcoólica?

A que chama vinho mosto? É quando ainda está no lagar, antes de se medir com bagaço e tudo? Ou quando já está nas cubas ou tonéis e ainda em fermentação?

3) No dia seguinte bate-se o líquido vinico «para pôr as borras em suspensão» e trasfega-se com arejamento e faça-se a «remontagem».

Desejava saber qual a vantagem de pôr as borras em suspensão. Assim não fica limpo e porque é que se faz?

E o que quer dizer *remontagem*? É uma nova trasfega para tirar os vinhos das borras ou só para arejar? Se não é, tem de se fazer nova trasfega?

E não é de aconselhar deitar aguardente de vinho para aumentar o grau alcoólico, quando ele é muito baixo? Isto refiro-me a vinhos verdes.

Sobre a remontagem, já vi a explicação no mesmo artigo, o que não tira nova trasfega? Mas os compradores que não gostam nada de trasfegas. E eu compreendo quando os vinhos são vendidos cedo, pois parece que até perdem a cor, e levam tempo a porem-se bons.

RESPOSTA — 1) O ácido tartárico aplicado tem, como o senhor assinante diz, por finalidade aumentar a acidez fixa, isto é, baixar o pH.

Neste caso apenas se tem em vista reforçar a resistência do vinho, tornando-o desfavorável para a vida e actividade dos maus fermentos.

Os vinhos amuados, por terem ainda bastante açúcar por desdobrar, se o grau alcoólico e acidez forem baixos, são natu-

ralmente muito favoráveis à vida e actividade das bactérias e outros microorganismos nocivos, que teremos de contrariar pela adição do ácido tartárico.

No geral quando o grau alcoólico é baixo, a acidez fixa é alta (e vice-versa).

Ao dizer-se: «quando o grau alcoólico não for elevado...» pretendia-se esclarecer que uma fermentação pode amuar por ter sido atingido um grau alcoólico muito elevado (15° ou mais). Naquele caso, teríamos de actuar de forma diferente da que se indicou naquele artigo.

2) O fosfato de amónio aplica-se como «tónico», «fortificante», ou «estimulante» das leveduras.

Chamamos «vinho-mosto» ao líquido vinico que resulta duma fermentação incompleta do mosto, que ainda não é «vinho», mas já não é «mosto». É o líquido que virá a ser vinho, depois de concluída a fermentação.

3) As leveduras, quando deixam de actuar, em grande parte depositam-se nas borras. Não se dispendo de um «fermento», ou «levedo» de confiança, teremos como recurso levantar as borras, para pôr em suspensão as leveduras que aí se encontrem.

A «remontagem» é uma trasfega apenas para arejar, podendo o líquido vinico ser recebido na própria vasilha, depois de bem arejado.

A trasfega para passar o vinho a limpo só se faz depois de passadas 3 ou 4 semanas de terminada a fermentação, para que todas as mucilagens e outras impurezas tenham caído nas borras.

A adição de aguardente normalmente não é de aconselhar, a não ser que o vinho se destine a consumo próprio pois, a legalidade dessa adição é duvidosa. Em vez de adição de aguardente vinica a esses vinhos, em caso de necessidade, recorra antes à lotação com outros, do mesmo tipo, mas mais alcoólicos.

As trasfegas são necessárias. No entanto, não se deve abusar delas, muito menos nessa região.

Uma trasfega feita no cedo é útil. Podem-se fazer mais, mas só quando isso for indispensável. As trasfegas tardias, desses vinhos, são nocivas por fazerem perder a «agulha» que tão apreciada é. — Pedro Nuncio Bravo.

XIX — MEDICINA VETERINÁRIA

N.º 30 — Assinante n.º 44 623 — *Viscu.*

CÃO PORTADOR DE AFECÇÃO NAS VIAS URO-GENITAIS

PERGUNTA — Tenho um cão de caça que, há cerca de um mês, vem sofrendo dos órgãos sexuais, gotejando do pénis um líquido que, por vezes, é dum vermelho vivo parecendo sangue puro e, outras, esse líquido apresenta-se com o aspecto de água sanguinolenta e cor mais escura.

Já promovi o tratamento com lavagens de permanganato, o que não deu resultado, pelo que usei, de seguida, a Urotropina, dando-lhe um tubo de comprimidos — 3 por dia — mas que também não deu qualquer resultado.

Porque tenho o animal numa certa estima (está devidamente educado) gostava ter de evitar de me desfazer dele, pelo que muito agradecia que, me fosse indicado o tratamento a aplicar.

Devo informar que o animal anda com boa disposição, alegre e com apetite, estando também vacinado.

RESPOSTA — A sintomatologia indicada na consulta faz-nos supor tratar-se de afecção das vias uro-genitais, pelo que o tratamento deverá consistir no seguinte:

Hipopene (E) Três embalagens

Injecte por via intramuscular, uma embalagem de 24 em 24 horas.

A injeccção poderá ser dada na face interna duma das coxas, alternando a esquerda com a direita.

Calculamos que as três embalagens sejam suficientes.

O tratamento pode-se repetir se for necessário. — *Carrilho Chaves.*

XXIII — DIREITO RURAL

N.º 31 — Assinante n.º 17 948 — *Lisboa.*

INSCRIÇÃO DO NOME DA PROPRIEDADE EM LUGAR VISÍVEL DA ESTRADA

PERGUNTA — Era meu desejo afixar no muro ao lado do portão da minha propriedade no Douro, frente à estrada e bastante afastada de qualquer

agregado populacional, umas letras em metal formando o nome dela.

Será necessário pedir qualquer licença, e ficarei sujeito a qualquer imposto ou contribuição?

RESPOSTA — 1. Partindo do princípio que a estrada a que se refere a consulta é nacional, dispõe o art. 114.º do Estatuto das Estradas Nacionais (promulgado pela Lei n.º 2037, de 19-8-49) o seguinte:

«O estabelecimento de inscrições, tabuletas, anúncios, ou quaisquer objectos de publicidade, com ou sem carácter comercial, em lugares visíveis das estradas nacionais, na faixa definida na alínea c) do art. 127.º, poderá ser efectuado, a título precário, ao abrigo de autorização a conceder pela direcções de estradas, com as seguintes restrições:

1.º Não são permitidas quaisquer inscrições, tabuletas, anúncios ou objectos de publicidade, que não sejam considerados, pelas direcções das estradas, como esteticamente aceitáveis.

2.º (não interessa ao caso porque diz respeito à colocação de anúncios independentes de construção existente)...

3.º Não será permitido o estabelecimento de quaisquer inscrições... quando se reconheça poder provocar, com perigo para o trânsito, a distracção dos condutores, de viaturas ou prejudique a visibilidade ou o aspecto natural da paisagem:

A faixa definida na alínea c) do art. 127.º é compreendida entre 100m e a linha limite da zona da estrada.

2. Pela simples leitura desta disposição encontra o senhor consulente resposta à pergunta formulada, embora estejamos convencidos de que o nome duma propriedade em letras de metal apostas no muro ao lado do portão é inscrição tão corrente e inofensiva que pouca gente deve ter cumprido, ao estabelecê-la, a disposição legal que citamos. — A, M, O, *Pinheiro Torres.*

INTERMEDIÁRIO DOS LAVRADORES

Charrua em bom estado, vende-se. Tratar com A. Baptista — Almirante Reis, 103-1.º — Lisboa 1 — Telef. 51453.



INFORMAÇÕES

Lei n.º 2114

(Conclusão do n.º 2490 pág. 200)

BASE XI

Se, por virtude de nova lei ou de providências tomadas pela Administração ou empresas concessionárias de serviço público, for alterada a rendabilidade do prédio, qualquer dos contraentes pode, conforme os casos, pedir o aumento ou a redução equitativa da renda.

BASE XII

1. O prédio ou prédios presumem-se sempre arrendados com todas as suas partes integrantes; mas, salvo usos e costumes em contrário, as coisas acessórias só se consideram compreendidas no arrendamento se tiverem sido expressamente mencionadas em documento escrito.

2. À locação das coisas acessórias é aplicável, salvo estipulação ou uso e costume em contrário, o regime do respectivo arrendamento.

BASE XIII

1. Consideram-se não escritas as cláusulas em virtude das quais:

a) O arrendatário se obrigue, por qualquer título, a serviços que não devam ser prestados em benefício directo do prédio ou se sujeite a encargos extraordinários ou casuais não compreendidos na renda;

b) O arrendatário se obrigue a pagar prémios de seguro de imóveis ou contribuições prediais ou a reparar os prejuízos a que se refere a base x;

c) Qualquer dos contraentes renuncie ao direito de pedir a rescisão do contrato nos casos de violação das obrigações legais ou contratuais.

2. Se os prémios de seguro ou as contribuições acresçam à renda estipulada, será esta aumentada das respectivas importâncias.

BASE XIV

1. O senhorio pode fazer as benfeitorias que não alterem sensivelmente a exploração normal e todas as demais que sejam consentidas pelo arrendatário ou judicialmente autorizadas.

BASE XV

1. Quando os melhoramentos importarem alteração sensível do regime de exploração do prédio ou o arrendatário se não conformar com o acréscimo da renda, poderá este pedir a rescisão do contrato.

2. A rescisão só produzirá os seus efeitos no fim do ano agrícola em que se iniciarem as obras ou o arrendatário tiver conhecimento do aumento da renda.

BASE XVI

1. O arrendatário pode fazer as benfeitorias úteis ou voluptuárias sem consentimento do proprietário, salvo se afectarem a substância do prédio ou o seu destino económico.

2. Se houver consentimento por escrito ou se este tiver sido judicialmente suprido, o arrendatário, findo o contrato, tem direito a exigir o valor das benfeitorias úteis.

3. O suprimimento judicial só será concedido se o tribunal reconhecer que os melhoramentos são de utilidade manifesta para o prédio, compatíveis com a razoável economia da exploração e justificados pela duração do contrato. O proprietário ficará com o direito de se substituir ao arrendatário na execução da obra, no prazo e modo que forem determinados.

4. O valor das benfeitorias é calculado pelo seu custo, se não exceder o valor do benefício à data da cessação do arrendamento. No caso contrário, não poderá o arrendatário haver mais do que esse valor.

5. Quando o consentimento for judicialmente suprido, a importância da indemnização não ultrapassará o valor da renda de três anos.

6. O proprietário poderá efectuar o pagamento em prestações anuais de valor nunca inferior a um terço da renda, mas, se não renunciar expressamente a este direito, terá de consentir na renovação do contrato pelos anos necessários para o reembolso da indemnização devida, mediante simples notificação do arrendatário.

7. O arrendatário goza do direito de retenção, enquanto não estiver pago das benfeitorias úteis, mas o proprietário poderá obter o despejo desde

que garanta o pagamento com hipoteca ou preste caução.

BASE XVII

O arrendatário pode levantar, até ao termo do contrato, as benfeitorias úteis ou voluptuárias que tenha feito, se o puder fazer sem detrimento. Cessa neste caso, em relação às benfeitorias úteis levantadas, o direito conferido no n.º 2 da base anterior.

BASE XVIII

1. A não renovação do contrato não dispensa o arrendatário da obrigação de assegurar para futuro a produtividade normal do prédio.

2. Exceptua-se a prática de actos que já não possam trazer qualquer proveito ao arrendatário cessante; mas, neste caso, não tem ele direito a opor-se a que o senhorio promova os trabalhos necessários para assegurar aquela produtividade, desde que o faça sem prejuízo para o arrendatário ou o indemnize dos danos que lhe causar.

3. Nas localidades onde houver uso ou costume quanto à realização de tais trabalhos, observar-se-á esse uso ou costume.

BASE XIX

1. É proibido o subarrendamento total.
2. O subarrendamento parcial é permitido quando autorizado, para cada caso, pelo senhorio.
3. A cessão do direito ao arrendamento é também permitida quando autorizada pelo senhorio.

BASE XX

O senhorio pode obter o despejo imediato do prédio arrendado, sem prejuízo do direito à reparação por perdas e danos, quando o arrendatário:

- a) Tiver faltado ao cumprimento de alguma obrigação contratual ou legal;
- b) Prejudicar a produtividade do prédio;
- c) Não tiver velado pela boa conservação dos bens ou causar prejuízos graves nos que, não sendo objecto do contrato, existam nos prédios arrendados.

BASE XXI

As questões entre senhorios e arrendatários serão decididas, com recurso para o Tribunal da Relação competente, por uma comissão arbitral composta pelo juiz de direito da comarca, que presidirá, e representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e da organização corporativa da lavoura.

Título II

Do arrendamento rural ao cultivador directo

BASE XXII

Quando o arrendamento tiver por objecto um ou mais prédios que o arrendatário explore, exclusiva ou predominantemente, com o seu próprio trabalho ou de pessoas do seu agregado familiar, são imperativamente aplicáveis as disposições das bases seguintes.

BASE XXIII

1. O prazo mínimo de duração dos arrendamentos a que se refere a base anterior é de um ano.
2. O prazo de renovação legal é igualmente de um ano, mesmo que tenha sido estipulado prazo superior.
3. O senhorio não poderá opor-se às três primeiras renovações anuais.

BASE XXIV

Para efeitos da base XXII, entende-se por agregado familiar o conjunto das pessoas ligadas entre si por qualquer grau de parentesco que vivam habitualmente em comunhão de mesa e habitação com o arrendatário e, bem assim, os serviços vivendo em idêntico regime.

BASE XXV

Nestes arrendamentos, quando se verifique a hipótese prevista na base X, o tribunal pode autorizar que a renda reduzida nos termos da mesma base seja paga em prestações.

BASE XXVI

O direito conferido pelo n.º 2 da base XVI não depende, nesta espécie de arrendamento, do consentimento do proprietário, mas o arrendatário não gozará do direito de retenção quando as benfeitorias não tenham sido autorizadas.

Título III

Disposições finais e transitórias

BASE XXVII

Ficam excluídos da aplicação desta lei os contratos de colónia da ilha da Madeira, que continuam a ser regulados pelas normas que lhe são actualmente aplicáveis. Ficam também excluídas da aplicação do regime do arrendamento as situações de colonização no continente.

BASE XXVIII

1. Aos arrendamentos ou subarrendamentos de pretérito só se aplicam as disposições desta lei se houver, depois da sua entrada em vigor, renovação dos contratos.
2. Os subarrendamentos totais, se houver renovação, serão tidos, para todos os efeitos, como contratos de cessão do direito ao arrendamento, assumindo o subarrendatário, em relação ao senhorio, a posição de arrendatário directo.

BASE XXIX

1. O Governo, tendo em conta o interesse económico-agrário e social de assegurar a estabilidade no exercício da profissão agrícola aos arrendatários de unidades de exploração familiar economicamente viáveis, poderá regular o regime jurídico que em tais casos se considere mais adequado.
2. O Governo procederá também à revisão do regime regulador de outras formas contratuais de exploração da terra.



A C. U. F.

(SECÇÃO AGRO-QUÍMICA)

põe à disposição dos Agricultores

a) Produtos para combater males e pragas

Agral LN — Molhante-aderente para incorporar nas caldas insecticidas e fungicidas.

Albolineum — Emulsão de óleo branco para combater as «cochonilhas» ou «lapas» e «icérias».

Mergamma — Desinfectante da semente do milho, à qual assegura protecção contra os ataques do «alfinete» e doenças criptogâmicas.

Cloroxone — Poderoso insecticida com base em Clordane, indicado para o combate à «formiga argentina».

Didimac 10 e 50 — Produtos com base em DDT, especialmente recomendados para o combate à «traça» da batata e das uvas, e ainda ao «bichado» dos frutos, à «teia» da macieira, etc.

Gammexane 50 (sem cheiro) e **P. 520** — Produtos com base em Lindane, e B. H. C.,

respectivamente, indicados em especial para o combate ao «escaravelho» da batateira, «pulgão» ou «áltica» da vinha, «hoplocampas», etc.

Gamapó A — Insecticida com base em B. H. C., próprio para a destruição dos insectos do solo — «quirónomo» do arroz, «alfinete» do milho, «roscas», etc.

Katakilla — Produto com base em Rotenona, para combater os «piolhos» e outros insectos prejudiciais às plantas.

Malaxone — Éster fosfórico não tóxico com base em Malathion; combate «algodões», «afídios ou piolhos» «traças» das uvas, «mosca» dos frutos, etc.

Quirogama — Insecticida líquido para o combate ao quirónomo ou lagartinha vermelha dos arrozais.

b) Produtos para destruição de ervas e arbustos

Agroxone 4 — Herbicida selectivo com base em M. C. P. A., completamente desprovido de toxicidade para o homem e animais domésticos. O herbicida que permite uma rápida, eficaz e económica monda das suas searas sem causar quaisquer prejuízos aos cereais.

Atlacide — Herbicida total com base em clorato de sódio para a destruição

das ervas daninhas dos arruamentos, jardins, etc.

Trioxone — Arbusticida hormonal, com base num éster do 2, 4, 5 T. Embora seja também activo contra diversas ervas daninhas de «folha larga», o 2, 4, 5 T é especialmente eficaz contra plantas lenhosas, tais como silvas, diversos tipos de mato, acácias infestantes, etc.

c) Produtos auxiliares da vegetação

Horthomona A — É um preparado sintético que estimula e ace-

lera a formação de raízes nas estacas.

A VENDA EM TODOS OS DEPÓSITOS E REVENDADORES DA

Companhia União Fabril

Av.ª do Infante Santo — LISBOA-3
(Gaveto da Av.ª 24 de Julho)

Rua do Bolhão, 192-3.º — PORTO



Rede de distribuição
SACOR - CIDLA

PRODUTOS AGRAN
GARANTEM COLHEITA Sã

*

COZY-S é um pó molhável, contendo 37,5% de COBRE (sob a forma de oxiclóreto) e 16% de ZINEBE.

É um fungicida indicado para defender as principais culturas (Vitícola, Hortícola e Frutícola) contra diversas doenças entre as quais o MÍLDIO, PEPRADO, MONILIOSE, LEPRO e CRIVADO.

3905



CURE radicalmente
a **Peeira**
dos OVINOS

com

Foot Rot
Tixol

À VENDA

nos agentes oficiais COOPER
e nos Grémios da Lavoura

Representantes:

Herbert Cassels, Ltd.
LISBOA PORTO



HERPETOL

PARA DOENÇAS DA PELE

UMA GOIA DE HERPETOL
e o seu desejo de coçar
passou. A comichão des-
parece como por encanto.
A irritação é
dominada, e
pele é refres-
cada e ali-
viada. Os
alívios come-
çaram. Medi-
camento por
excelência
para todos os casos de eczema húmido ou seco,
crostas, espinhas, erupções ou ardência no pele.

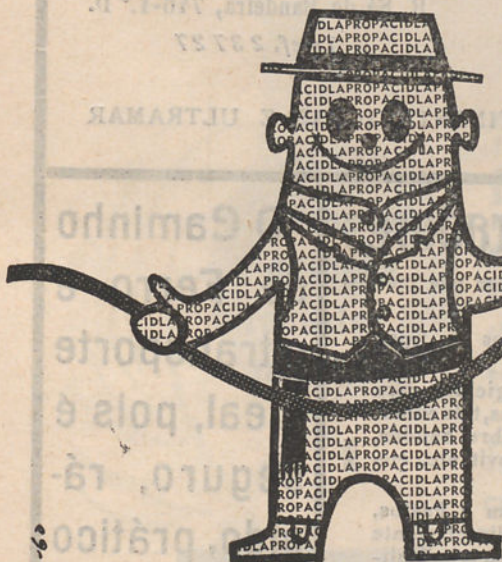
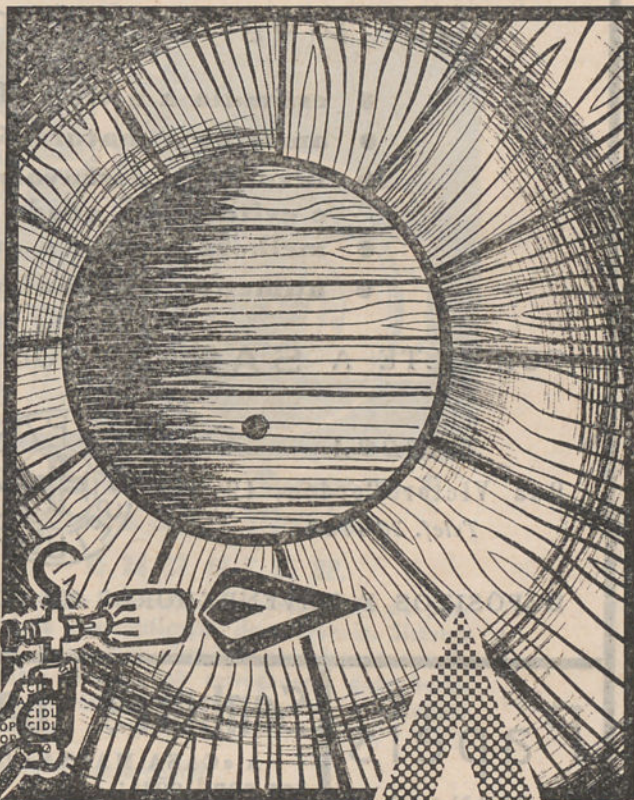


À venda em todas as farmácias e drogarias

**VICENTE RIBEIRO & CARVALHO
DA FONSECA, LIMITADA**

RUA DA PRATA 237 - LISBOA

*para a extracção
do sarro
de vasilhame
e cubas de vinho*



use



PROPACIDLA

o MELHOR GÁS AO SERVIÇO DA INDÚSTRIA

GABRIEL FERRÃO '63

ADUBAÇÃO FOLIAR

Um progresso em fertilização!

- estimula a actividade vegetativa
- antecipa a maturação
- favorece o desenvolvimento da fruta e evita a sua queda
- melhora a cor e a qualidade
- aumenta os rendimentos unitários

3686

CONSULTE A SAPEC SOBRE A ADUBAÇÃO FOLIAR

LISBOA

Rua Victor Gordon, 19
Telef. 36 64 26



Agência no PORTO

R. Sá da Bandeira, 746-1.º D.
Telef. 2 37 27

DEPÓSITOS E REVENDEDORES NO CONTINENTE, ILHAS E ULTRAMAR

Papéis

NACIONAIS E
ESTRANGEIROS



Civilização

L I M I T A D A



Rua José Falcão, 107
Telefone, 22819
P O R T O
3400

Senhores Lavradores

A «CASA MALTA» fornece nas melhores condições:

Máquinas Agrícolas de todos os tipos

.....

Adubos, Insecticidas e Fungicidas para todas as culturas e tratamentos, tais como: Acticupro, Ultraenxofre, Cobre Sandoz, Sulfato de Cobre inglês, Thiovit, etc., etc.

2087

.....

Sementes para Horta, Jardim e Pastos, incluindo bolbos recebidos directamente da Holanda, Jacintos, Narcisos, Iris, Tulipas, Ranúnculos, Anémons, etc., etc.

No interesse de V. Ex.^a, consulte sempre

Malta & C.^a Lda.

Rua Firmeza, 519 — PORTO — Telefone, 20315

O Caminho de Ferro é o transporte ideal, pois é seguro, rápido, prático e económico.

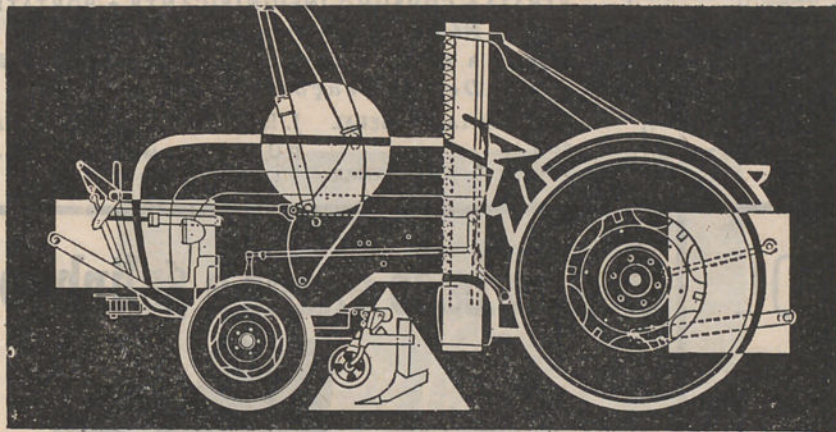
1593

CORREIAS — MANGUEIRAS — COLAS

GOOD YEAR

Distribuidores exclusivos: Canelas & Figueiredo, Lda. — R. Fanqueiros, 46 — LISBOA

3643



Standard Star Super 329 E
Standard J Master

15, 28, 33, 42 E 55 HP.

**símbolo
de economia,
duração,
robustez e
rendimento**

novo sistema hidráulico com regulação de profundidade e amplificação de aderência. Sistema central com cinco circuitos para levantador de 3 pontos frontal, pá carregadora, gadanheira, levantador trazeiro de 3 pontos e elevador entre eixos

blocagem do diferencial

cilindros independentes

embraiagem mecânica e hidráulica tipo Voith
arrefecimento por ar, patente Porsche, regulado por termostato, com aviso sonoro no caso de ser atingida a temperatura limite

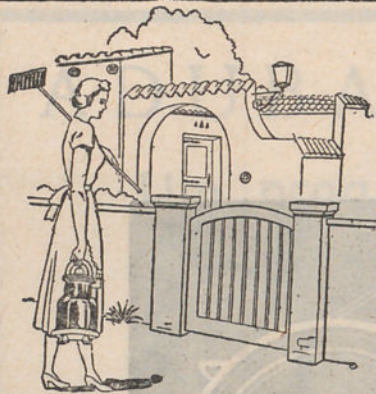
COMPLETA GAMA DE ALFAIAS

PORSCHE - DIESEL

J. J. GONÇALVES SUCESSORES

LISBOA — PORTO — ÉVORA — BRAGA — SANTAREM

AGENTES EM TODOS OS DISTRITOS



“VIBRO-VERTA”

A BOMBA SUBMERSÍVEL ELECTROMAGNÉTICA

PARA:

Usos caseiros - Pequenas regas - Lavagens a pressão
BARATA * CONSUMO INSIGNIFICANTE * PORTÁTIL

Não requer cuidados nem instalação especial
Liga-se a qualquer linha monofásica da iluminação

Demonstrações grátis

3877

REPRESENTANTE GERAL J. L. DUARTE DE ALMEIDA, SUC. RA
PARA RUA DE S. MIGUEL, 61 - PORTO
PORTUGAL E ULTRAMAR TELEF. 26515

OENOL

Sociedade
Portuguesa
de Enologia
LIMITADA

□

IMPORTADORES-
-ARMAZENISTAS

DE

Produtos
Enológicos
Material
de Adega

E

Material de
Laboratório

□

2860

L I S B O A
Rua da Prata, 185, 2.º

TELEFONES:
2.8011 - 2.8014

Bago a bago enche a galinha o papo

Vive da cultura
da vinha
um milhão de
portugueses

Sr. lavrador,
torne essa cultura
ainda mais produtiva
para bem da
sua economia

utilize



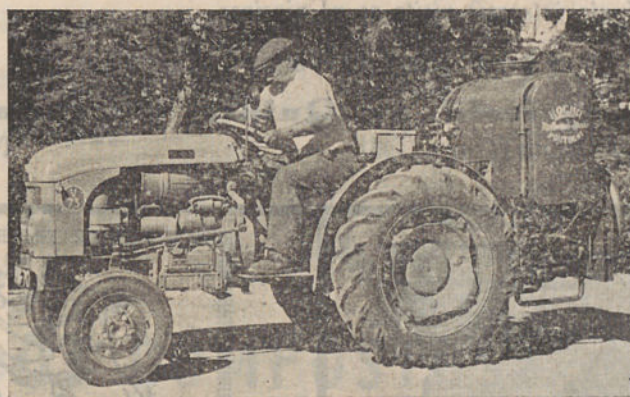
SULFATO DE AMÓNIO

1.ª P. 9/A

3104

Pulverizadores *Rocha*

MOTORIZADOS E MANUAIS
PARA TODOS OS FINS



Pulverizador *Rocha*, com turbina dispersora, para a pulverização de *vinhas* e *árvores*, montado nos três pontos do hidráulico dum tractor de qualquer marca e movimentado pela tomada de força do mesmo.

Rocha

a maior organização do País
em material para pulverização

Uma organização séria ao serviço
da *Lavoura*

MILHEIRÓS-MAIA * TELEFONE, 948-341

Viveiros da Quinta do Tamariz

Os maiores viveiros do Norte do País, com a maior selecção de barbados americanos e árvores de fruto. Plantas talhadas; coníferas; arvoredo; arbustos para jardins; plantas para sebes; roseiras; trepadeiras; etc., etc.

Serviços de assistência técnica. — Instalação de pomares. — Ordenação de propriedades e surribas.

No seu próprio interesse visite os n/ viveiros.

PEÇA CATÁLOGOS GRÁTIS

Sociedade Agrícola da Quinta do Tamariz, Lda.

Carreira — Silveiros (Minho)

Telef. 71 — NINE

3684



3688

O adubo de acção muito rápida



3694

O melhor resultado nas capoeiras e celeiros
DISTRIBUIDORES: J. KENDALL, LDA.
Rua Formosa, 386 — PORTO



Wino

MASTIQUE
especial para a

VEDAÇÃO PERFEITA DO VASILHAME
Galeria de Paris, 75 PORTO

9689

aconselhe-se
com o nosso
DELEGADO AGRONÓMICO
sobre a mais eficaz
e económica
utilização dos novos

ADUBOS COMPOSTOS

Discuta com ele os seus problemas
de fertilização; procure tirar o
maior rendimento possível da verba
que anualmente gasta em adubos.
Aproveite a nossa **ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
gratuita



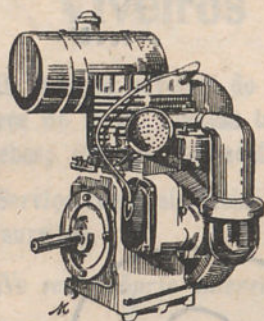
COMPANHIA UNIÃO FABRIL

FOSKAMONIO

FOSKAPA

FOSFONITRO

Dirija-se a um dos Depósitos
da Cuf existentes no País e
indague qual é o nosso Delegado
Agronómico da sua área



Motores a petróleo

WISCONSIN

sempre em armazém

PEÇAS DE RESERVA ORIGINAIS

Distribuidores exclusivos em Portugal

CASA CAPUCHO

LISBOA - PORTO

3896

Milho Híbrido

Obtensões nacionais aprovadas e certificadas pelos-Serviços Oficiais

Variedades disponíveis para venda:

H. P. 21 A—branco, tipo de grão liso (idêntico ao regional), semi-temporão, muito rústico e resistente ao vento.

H. B. 5 A—branco, de tipo de grão dentado (milho de cunha), semi-tardio, muito produtivo e resistente ao vento.

Pedidos de inscrição para os

Distribuidores Gerais
AGÊNCIA COMERCIAL
DE ANILINAS, LDA.
(RAMO AGRÍCOLA)

75, Galeria de Paris — PORTO
Telefone, 25397



SERVIÇOS AGRONÓMICOS PARA
ORIENTAÇÃO DOS CLIENTES

CHOCADÉIRAS eléctricas "SUCESSO"

REGULAÇÃO automática da temperatura
MODELOS de 30, 60, 90 e 120 ovos
Mais eficientes — Mais práticas
Mais económicas — Mais baratas

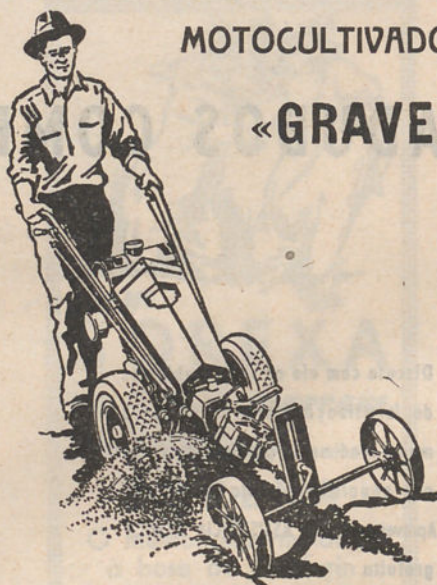
Manuel Paiva — R. Vilarinha, 913 — PORTO

3807

3914

MOTOCULTIVADORES

«GRAVELY»



Um só motocultivador * 30 alfaías agrícolas

*Lavra — Sacha — Grada — Semeia —
Transporta — Cava e descava
vinhas — Pulveriza vinhas, batatais
e árvores — Serra — Rega — Ceifa —
etc., etc.*

ADQUIRA um motocultivador
ESCOLHA as alfaías que precisa

Representantes exclusivos:

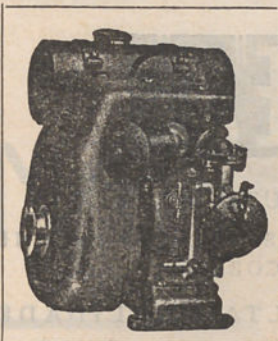
INIMEX

— Internacional Importadora e Exportadora, Lda. —
Rua do Almada, 443 — Telef. 33379 — PORTO

9888

Motores e Grupos de Rega

VILLIERS



MOTORES A PETRÓLEO

QUATRO TEMPOS

MARK 10, MARK 20, MARK 25, MARK 40
1,1 HP 2 HP 2,4 HP 3,3 HP

GRUPOS DE REGA DE

1 1/2" 2" 2 1/2" 3"

ENCONTRÁ-LOS-A NAS BOAS CASAS DA SUA REGIÃO

REGUE COM VILLIERS E REGARÁ TRANQUILO

AGENTES GERAIS EM PORTUGAL

SOCIEDADE TÉCNICA DE FOMENTO, LDA.

PORTO — Av. dos Aliados, 168-A
Telef. 26526/7

LISBOA — R. Filipe Folque, 7-E e 7-F
Telef. 53893 3532

O MELHOR CAFÉ
É O DA
BRASILEIRA

61, Rua Sá da Bandeira, 91
Telefones, 27146, 27147 e 27148 — PORTO

(Envia-se para toda a parte)

2854

PARA AS GALINHAS

USAR o conhecido **DESINFECTANTE ZAP**
ENÉRGICO, ACTIVO, EFICAZ

Aplica-se nos bebedouros das aves e é **INOFENSIVO** para os animais domésticos

Com o desinfectante ZAP as galinhas não se contaminam
Frasco pequeno . 12\$50 * Frasco grande . 50\$00

Vende-se em todas as farmácias, drogas, aviários, etc.



DISTRIBUIDORES
GERAIS:

**Vicente Ribeiro
& C.ª**

R. dos Panqueiros, 84, 1.º, Dt.º
LISBOA

2852

SEMENTES

«A SEMENTEIRA» de ALÍPIO DIAS & IRMÃO, para semear nesta época recomenda:
Alfices — Azevens — Beterraba para mesa, Beterraba forraginosa — Carrajó — Cebolas — Cenouras — Couves pencas, Couves tronchuda, Couves repolhos — Ervilhas de grão, E. vilhas de quebrar — Espinafres — Erva moiar — Favas — Lawn grass — Luzerna de provence, Luzerna flamande — Ray grass — Rabanetes — Trevo bar-sim, Trevo spadony, Trevo branco anão, Trevo branco gigante Ladino, Trevo da Pérsia, etc., etc., etc. E ainda uma completa coleção de FLORES, próprias desta época.

Se deseja SEMEAR E COLHER dá a preferência às sementes que com o maior escrupulo lhe fornece a

«A SEMENTEIRA» de Alípio Dias & Irmão

Rua Mouzinho da Silveira, 178 — Telef.: 27578 e 33715 — PORTO

N. B. — Preços especiais para revenda CATÁLOGO — Se ainda não o possui, peça-o que lhe será enviado gratuitamente.

1862





REP. EXCLUSIVOS:
A. F. GOUVEIA, LDA.



Av. Inf. Santo, 52/1.º
Tel. 675081/82
LISBOA-3
R. Santos Pousada, 644
Tel. 44573
PORTO

PROTEJA AS SUAS
VINHAS
USANDO O PRODUTO ORIGINAL **PROCIDA**

CARBANE'S

O FUNGICIDA DO FUTURO!
PODEROSO ANTI-HÍLDIO À BASE DE CARBATÉNE
E OXICLORETO DE COBRE
OUTROS PRODUTOS DE ALTA QUALIDADE

CUPROZINATE — Anti-mildio c/ zinebe + cobre
MICROLUX 95 — Enxofre molhável micronizado 3919
FOG — Enxofre ventilado
ORGANIL — Poderoso anti-pedrado
ZIRAMINE — Produto específico contra a LEPRA DO PESSEGUEIRO
PYTHON "50" — (À base de PARATIÃO) — contra as lagartas do
cacho, cochonilhas, afídeos, etc., etc., etc., etc.

PEDIDOS AOS AGENTES LOCAIS

TUDO quanto o lavrador precise
saber sobre a

Cultura do Milho ou Milhão,
encontra-o claramente exposto no livro

O MILHÃO

PELO
ENGENHEIRO AGRÓNOMO
DR. ARTUR CASTILHO

Um volume de 388 páginas,
profusamente ilustrado

Separata do
Manual Enciclopédico do Agricultor Português

Preço, incluindo porte do correio . . . 36\$00
À cobrança 38\$50

Pedidos à «Gazeta das Aldeias»

ADUBOS

À BASE DE FARINHA DE PEIXE

para: *vinha, batata, cereais, milho, horta,*
árvores, arroz, tomate, melão, etc.



Farinhas de Peixe

Próprias para a incorporação
em rações para animais e aves

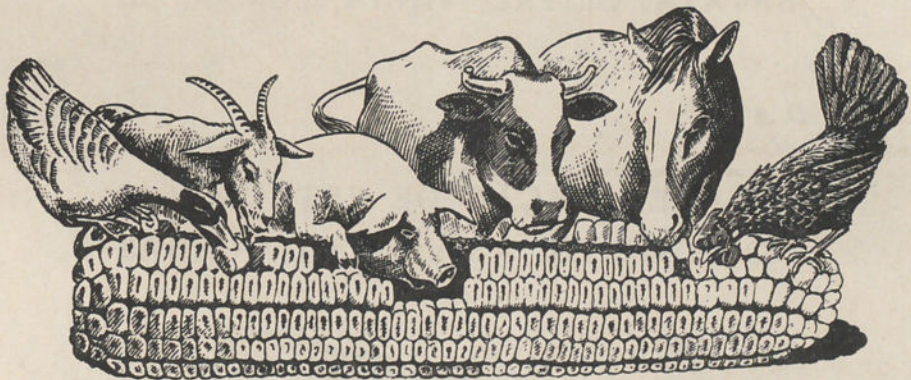
Carvalho & Garcia, Lda.

Rua da Conceição, 17-3.º LISBOA-2
Telefs. 362671-367828/9
Fábrica: FIGUEIRA DA FOZ — Telef. 94185



Milho Híbrido

IRPAL



O MILHO DA ABUNDÂNCIA

À VENDA EM TODO O PAIS

Dirigir pedidos e solicitar informações a:

IRPAL

1976

Indústrias Reunidas de Produtos para a Agricultura (S. A. R. L.)

Travessa do Almada, 20-2.º-Esq. - LISBOA - Tel.: 869167 e 869168

CIANAMIDA CÁLCICA

CAL AZOTADA

20-21% DE AZOTO

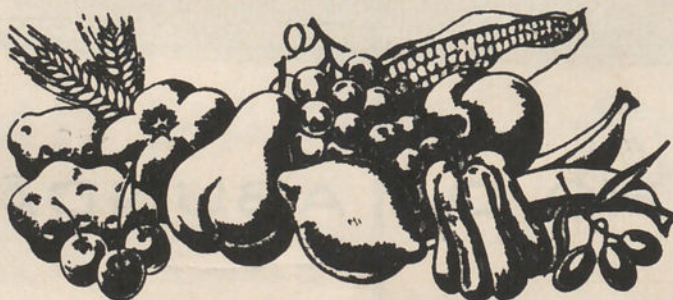
**O ADUBO AZOTADO COM
MAIOR PERCENTAGEM DE CAL**

***OS MELHORES RESULTADOS EM SOLOS ÁCIDOS
NAS SEGUINTE CULTURAS:***

**ARROZ, MILHO, CEREAIS DE PRAGANA,
BATATA, OLIVAL, VINHA, POMAR, etc.**

E AINDA

**NA PREPARAÇÃO DE ESTRUMES E
NO COMBATE ÀS ERVAS DANINHAS**



COMPANHIA PORTUGUESA DE FORNOS ELÉCTRICOS

**INSTALAÇÕES FABRIS
CANAS DE SENHORIM**



**SERVIÇOS AGRONÓMICOS
LARGO DE S. CARLOS, 4-2.
LISBOA—TELEFONE 368080**